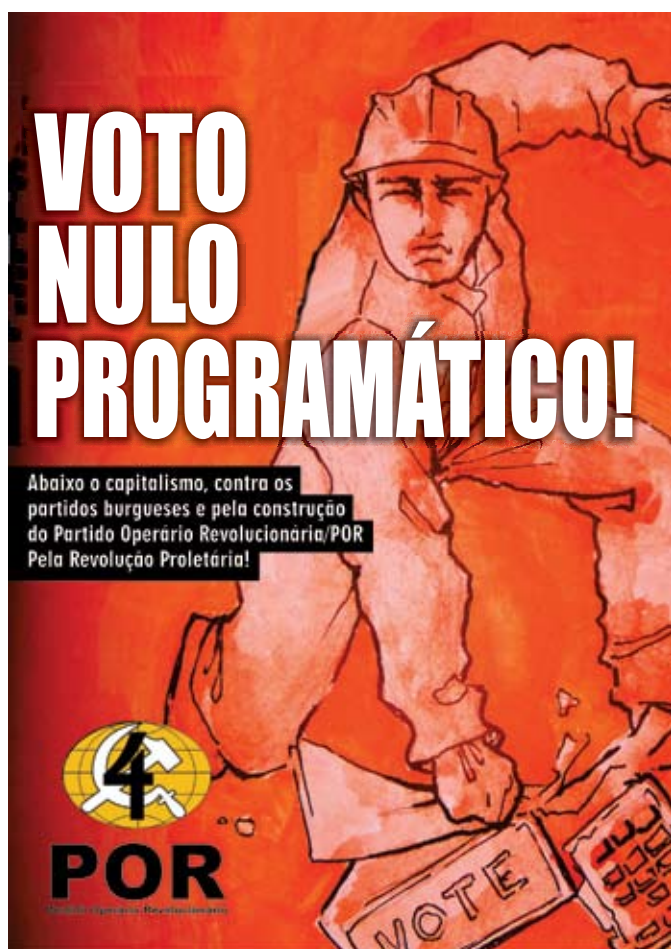




EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 441 - DE 16 A 30 DE SETEMBRO DE 2012 - R\$ 3,00



**Crise econômica:
Contra o programa de
proteção ao capital do
governo Dilma,
levantemos o programa
da classe operária de
defesa do salário e
emprego a todos!**

**72 anos do assassinato de
León Trotsky:
os processos de Stalin
contra os renegados**



Oposição revolucionária a Dilma

O que representa Russomanno

A liderança do candidato Celso Russomanno, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), nas pesquisas eleitorais surpreendeu os grandes partidos. Tudo indicava que a disputa em São Paulo ocorreria entre o PSDB e PT. Mesmo o PMDB que detém um poderoso aparato não tinha como enfrentar as candidaturas de José Serra e Fernando Haddad. A subida meteórica de Russomanno, a queda de Serra e a penosa ascensão de Haddad modificaram o quadro da concorrência no principal município do País.

O PT contava com o desgaste do PSDB para desbancá-lo. Procurou constituir uma ampla aliança, que incluía o novo partido criado pelo prefeito Gilberto Kassab (PSD), proveniente do DEM, e o PP de Paulo Salim Maluf. Não conseguiu manter Kassab, que se aliou a Serra. A escandalosa coalizão com Maluf indicou o desespero do PT em vencer o PSDB, que lidera a oposição ao governo federal.

Caso os petistas tivessem conseguido consolidar o que denominam amplo “arco de alianças”, poderiam quebrar a invencibilidade do PSDB e enfraquecê-lo como adversário nacional. Mas fracassaram não apenas com Kassab, mas também com o PRB, que é um aliado de primeira hora do governo Lula, quando ainda não existia sob esse nome. O vice-presidente de Lula, José de Alencar, é o patrono do PRB, que tem suas raízes no PL. Uma das vertentes do PRB foi o Partido Municipalista Renovado (PMR), até 2006. Pode-se dizer que o PRB se originou em 2003 com o concurso de politiquieiros do PL e do PMR. Obteve o registro em 2005.

Até 2010, o PRB não tinha força parlamentar. Participando da coligação com os petistas, influenciado pelo caudilhismo de Lula, elegeu vários parlamentares. O PRB faz parte da intervenção das inúmeras seitas evangélicas na política. Nota-se que em todos os partidos da burguesia se encontram parlamentares evangélicos, o que lhes confere um importante raio de ação política. Nos últimos anos, a bancada que as representa ganhou poderes de decisão no Congresso Nacional.

O PRB se tornou o braço político da Igreja Universal do Reino de Deus, controlada pelo espertalhão Edir Macedo. Estima-se que esse braço dos evangélicos abarque 180 países. O que possibilitou transformar a Universal em um grande negócio. A Receita Federal calcula que sua arrecadação anual no Brasil é de R\$ 1,4 bilhão. Está isenta de impostos. Obteve do Estado a concessão de 23 emissoras de TV e 40 rádios. Dia e noite, a Universal bombardeia a população com suas prédicas.

Com tal império, Edir Macedo comanda uma extensa rede de pastores, que mantêm milhões de ovelhas em rebanhos amarrados a uma infinidade de igrejas. O PRB se nutre dessa instituição.

Russomanno é católico e um charlatão. Soube aproveitar de seus dotes pessoais e jornalísticos para se tornar um politiquieiro dos evangélicos. A quantidade de escândalos e processos que envolvem os bispos da Universal, acusados de lavarem dinheiro, promoverem negócios ilícitos, etc. indica que essa seita incomoda setores da burguesia e da Igreja católica. Inúmeros parlamentares evangélicos foram denunciados no escândalo

da Operação Sanguessuga, que apurou o desvio de milhões da saúde pública. Comportam-se como parasitas e ladrões. Não por acaso, há denúncias consistentes contra Russomanno de enriquecimento venal.

No momento, os conflitos se avolumam em torno do apoio das igrejas e do uso delas como máquina de caça votos. A Assembleia de Deus Ministério em Santo Amaro, controlado pela família Galdino, se juntou à Universal. Transformou a sua sede em comitê de campanha e orientou os pastores a cumprirem o papel de cabos eleitorais. O pastor-chefe, Marcos Galdino, assina a Carta Aberta aos Cristãos, convocando os fiéis a se enfileirarem por trás das candidaturas do PRB e elegerem Russomanno. Anunciou a divulgação de 1,2 milhão de cópias.

Certamente, a surpreendente possibilidade de Russomanno ir para o 2º turno não se deve apenas ao concurso da Universal e outros ramos da Igreja evangélica. As concessões que o prefeito Kassab fez às igrejas Renascer em Cristo, Mundial do Poder de Deus e Assembleia de Deus permitiram trazê-las em parte para apoiar José Serra. A Igreja Apostólica Renascer em Cristo estava praticamente fechada com Serra, mas sob a influência de Luiz Flávio D’Urso (PTB), vice de Russomanno, poderá mudar de lado, basta que as pesquisas indiquem a vitória do PRB. Nesse caso, os favores prestados por Kassab à Renascer serão postos de lado. Mas o candidato do PSDB conta com uma boa relação com a Convenção Geral de Deus no Brasil, que reúne o maior número de igrejas evangélicas. A Igreja do Evangelho Quadrangular e a Igreja o Brasil para Cristo estão para decidir entre Serra e Russomanno. Tudo indica que, nesse caso, o PSDB levará a melhor, uma vez que o pastor José Pagliarini é um de seus candidatos a vereador. O PMDB, por sua vez, não ficou para trás no jogo de distribuição de apoio das seitas. Negociou o apoio da Assembleia de Deus – Ministério de Madureira a Gabriel Chalita. O PT corre no fim da fila, para angariar algum incentivo dos evangélicos politiquieiros. O fracasso da coalizão com o PRB pode ser fatal para a candidatura de Haddad.

Mas voltemos a afirmação de que não somente o apoio das igrejas vem definindo a liderança do aventureiro Russomanno. É indiscutível que sem a Universal o PRB não existiria e o Russomanno não seria nada. E também que a força política da igreja de Edir Macedo pesa mais dos que as outras, ainda que a Assembleia de Deus seja a que mais fieis arregimenta. A ironia dessa jogatina política está em que o PRB se fez à sombra do caudilho Lula e do PT. Fortaleceu-se no aparato do Estado. Projetou políticos, como o deputado Marcelo Crivela, no Rio de Janeiro. E colocou como vice-presidente o capitalista José de Alencar, um homem das igrejas evangélicas.

Esses fatores, agora, pesaram em favor do lançamento da candidatura de Russomanno. Mas há um deles de grande importância: o repúdio dos mais pobres ao PSDB e ao seu aliado PSD e a enorme frustração com o PT, que foi à procura de socorro do arquicorrupto Maluf. O petismo mergulhou tão fundo no pântano da política burguesa que se bate como um afogado. Para reverter esse quadro, Lula, Dilma e Marta passaram

a convocar a população a votar em Haddad. Rios de dinheiro têm sido gastos pelo PT e PSDB. Para Russomanno, porém, também não faltam recursos.

O que importa na corrida do PT e PSDB diante da persistência da candidatura do PRB é a demonstração do quanto a política burguesa está decomposta. Todos os partidos passaram a depender do aparato das igrejas e do obscurantismo que espalham entre as massas empobrecidas e incultas. Uma camada de classe média remediada que se formou nas últimas décadas, por sua vez, tem servido de assento para o avanço dos evangélicos.

Nenhuma igreja monta um império e exerce ampla influência nacional sobre os explorados se não contar com o Estado, com o dinheiro público, com os incentivos, com as concessões e privilégios. Retirem-lhes a base de apoio estatal e perderão boa parte de sua capacidade de arregimentação das massas. Está aí a razão fundamental das igrejas se lançarem a controlar parlamentares, executivos, etc.

O obscurantismo e reacionarismo burguês e pequeno-burguês se potenciam com a decomposição econômica e social do capitalismo. E os setores mais esclarecidos, que se dão conta do quanto é grave a repressão ao aborto e a outras manifestações sociais, se vêem de mãos amarradas. Cada vez aumentam sua dependência aos clericais e evangélicos para disputar o poder pelas eleições. O PT é o exemplo mais candente dessa dependência.

Impressiona o fato dos politiqueiros vinculados às igrejas serem capazes de influenciar o parlamento e os executivos. Impõem suas condições, barganham, traficam, desviam e corrompem. Isso porque as igrejas controlam a vida de milhões de pobres e oprimidos, que não alcançam compreender o papel

da religião em sua escravidão mental e material. A ausência de um partido marxista-leninista-trotskista no seio do proletariado constitui uma grande trava histórica ao combate pela independência política e ideológica dos explorados.

A velha burguesia europeia que teve de combater a igreja feudal para derrotar a nobreza e seu sistema monárquico, que possibilitou emergirem pensadores independentes do clericalismo, já não mais existe em parte alguma. Assim que triunfou como classe revolucionária aos feudais, passou a reconstituir o poder da Igreja. Em nossa formação histórica, a burguesia brasileira pouco fez para afastar a influência da Igreja do Estado. O movimento pequeno-burguês dos intelectuais laicos se mostrou impotente.

O que se passa hoje, com a ascensão dos evangélicos ocupando parte do espaço da Igreja católica no controle das massas, retrata a putrefação da classe burguesa e de seus partidos. As eleições na maior cidade, a mais cosmopolita do País, compõem-se condicionadas por igrejas que imbecilizam os explorados e por uma rede de pastores que parasitam a sociedade.

Nenhum dos partidos da burguesia pode atacá-los, mostrar o quanto o misticismo e a impostura ocultam as relações de opressão capitalista e envenenam a vida dos miseráveis. O governo do PT prestou inestimáveis favores às igrejas. Evidenciando, assim, que não se pode governar o País sem contar com a apoio das forças mais conservadoras e reacionárias.

Certamente, Russomanno não expressa nada novo, tão-somente expõe em grandes dimensões a barbárie capitalista.

Em nossa tarefa de construir o partido da revolução socialista, enfrentamos esses aparatos da sociedade de classe. Sem temor, o POR denuncia perante as massas as igrejas e a capitulação do PT e de seus aliados, como o PCdoB.

O que a classe capitalista quer do governo do PT

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Confederação Nacional das Indústrias (CNI), jornal O Estado de São Paulo e grandes empresários avaliam que Dilma Rousseff está reagindo bem às pressões da crise internacional. Fazem reparos críticos, reclamam da incompetência de certos ministérios e de que ainda falta um norte estratégico.

A grande imprensa opositora, mais peessedebista do que outra coisa, lamenta que Dilma continue dependente de Lula e do que foi seu governo. Mas reconhece que já não é a mesma coisa.

Não há, porém, como a burguesia condenar a gestão do caudilho. Os empresários ganharam muito dinheiro nos oito anos de gestão do ex-metalúrgico. Talvez Lula não tenha entupido de propaganda governamental a imprensa venal. O que a torna mais ofensiva.

É certo que a burguesia teve de engolir a ascensão do PT. Até hoje os setores conservadores e direitistas não conseguiram fazer a digestão desse ser estranho ao ambiente dos exploradores. O preconceito de classe contra Lula levará tempo para se dissipar, embora o político convertido tenha feito de tudo para impulsionar a acumulação de capital e fortalecer a grande propriedade.

A senhora Dilma foi absolvida de seu passado esquerdista, foquista. Veio da pequena-burguesia. Passou pelo inferno da ditadura e se conformou em um instrumento da democracia

burguesa. Nem Lula sindicalista, nem Dilma esquerdista poderiam imaginar que a história iria colocá-los no mais alto posto de comando dos negócios da classe capitalista. Estão atados pela mesma corrente. Mas Lula governou em uma situação; e Dilma governa em outra.

O ano de 2003 marcou um período que se pode dizer áureo, se comparado com a denominada década perdida dos anos 80 e de baixo crescimento nos anos 90. O PT gastou saliva em torno da tese do “crescimento sustentável, com inclusão social”. Não obstante, a euforia lulista foi breve. O segundo semestre de 2008 enterrou a ilusão sobre a solidez econômica e sobre o novo papel do Brasil na busca de uma nova ordem mundial. A crise que eclodiu nos Estados Unidos imediatamente se proliferou em potentes ondas. A economia brasileira sofreu uma abrupta queda e de lá para cá se mostrou abalada.

Os prognósticos otimistas do governo petista foram sendo desmentidos um após o outro. A rapidez com a retração do crescimento do PIB se deu evidenciou o quanto a economia interna está submetida à externa. Em outras palavras, o quanto o Brasil está condicionado pelo movimento do capital imperialista. O País não é mais um barquinho no mar revolto, mas também não se apresenta como uma embarcação capaz de se livrar das tormentas sem sofrer grandes danos.

Os setores burgueses que se mantiveram na oposição sis-

temática ao governo Lula procuram agora a desforra. Não podem acusá-lo de agir contra os interesses gerais da classe capitalista, uma vez que cumpriu com perfeição o objetivo de perpetuar o domínio da minoria exploradora sobre a maioria explorada. Mas podem responsabilizá-lo de favorecer certos grupos econômicos, de aparelhar o Estado com seus partidários, de muito gastar com o assistencialismo, de ser complacente com o funcionalismo, de não ter sido mais feroz com os sem-terra e de não ter aproveitado a conjuntura favorável para avançar as reformas trabalhistas, previdenciárias e fiscais.

Com Dilma já é diferente. A direita burguesa amenizou a crítica, admitindo que a ex-esquerdista do grupo Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares) está pon-do em prática parte do programa reclamado pela Fiesp e Cia. Querem, no entanto, que se desvencilhe completamente de Lula e reconheça que recebeu uma herança desastrosa de seu patrono. É exigir da presidente além da conta. O bate-boca ideológico entre petistas e peessedebistas, amplificado e espalhado pela grande imprensa, não obscurece o essencial do atual governo. O grande capital nacional e internacional continuam a ter primazia na política econômica. Vistos por essa coluna vertebral, os governos de Fernando Henrique Cardoso, de Luiz Ignácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff são contínuos. Eis por que não houve nenhuma ruptura política com a ascensão do PT o poder do Estado.

A política assentada no capital financeiro, nas grandes empresas nacionais e nas multinacionais não permite que o governo faça reformas que beneficiem as massas e que protejam a economia nacional do saque imperialista. O máximo que o petismo fez foi aumentar o programa assistencialista concebido por FHC e conceder um pequeno aumento real no salário mínimo, que se achava e se acha extremamente longe das necessidades elementares de milhões de famílias. Até esse ponto, o grande capital vê vantagem.

A diminuição da taxa de desemprego e a elevação dos salários nos ramos mais vigorosos da produção serviram para o lulismo reforçar o controle dos sindicatos. Nada melhor para o processo de exploração do que uma situação em que as massas estejam arregimentadas e controladas pelo governo. Ocorre que as mudanças provocadas pela crise mundial não mais permitem conciliar a política das denominadas “ações afirmativas” com a voracidade do capital.

Dilma manteve a diretriz de incentivo fiscal às multinacionais e inclusive a ampliou para vários setores. Reduziu as taxas de juros. Lançou a desoneração da folha de pagamento. Taxou a entrada de parte do capital especulativo. Conseguiu valorizar o Real. E contrariou a expectativa da burocracia sindical quanto ao aumento do salário mínimo. Esse conjunto de ações foi aprovado pela burguesia, com a ressalva da oposição de que já não cabia alimentar o consumo. As obras do PAC acarretavam investimentos, mas ainda muito insuficientes e vagarosos. Haveria de mudar a política econômica de rumo. Levar a sério as reclamações ecoadas pelas Fiesp/CNI de que soava a hora do governo socorrer a indústria de conjunto. O agronegócio estava bem e os serviços não tinham o que reclamar. Já a base produtiva afundava na retração e as importações ameaçavam o País de desindustrialização.

Parte das exigências estava sendo cumprida, com a redução da taxa Selic e a valorização da moeda. No entanto, a retração continuou a derrubar o crescimento a partir da recessão indus-

trial. Era questão de pouco tempo para que toda a economia afundasse. O governo se mostrou convencido dessa previsão. Manteve o que já vinha fazendo e lançou novas medidas em direção ao investimento. De que maneira? Passou a privatizar os aeroportos – uma ação que indicou o caminho a seguir.

A linha é de abrir negócios para o capital acumulado e en-calhado. O governo afinal admitiu que o Estado deve se voltar para a infraestrutura – comemorou a Fiesp e opositores. O plano de abrir estradas e aumentar a extensão das ferrovias agradou profundamente o grande capital. O Tesouro Nacional vai lhe abrir negócios e subsidiá-lo. Um outro pleito da Fiesp também foi ouvido. Dilma decidiu que no começo de 2013 as tarifas de energia elétrica vão ser reduzidas em até 28% para a indústria. O desejo dos empresários era que a redução fosse de 35%, para se colocar na média mundial.

É um passo significativo rumo à diminuição do “Custo Brasil”, bandeira geral que congrega a classe capitalista, incluindo a forânea (imperialista). Mas o governo petista não poderia desonerar os gastos do capital, sem apresentar alguma coisinha como contrapartida para os assalariados, camponeses e classe média urbana – prometeu reduzir em 16,2% as tarifas residenciais. Esse anúncio foi festejado como uma grande vitória pela Fiesp.

O governo, contudo, guarda na gaveta o aumento do preço da gasolina, que permitirá majorar o etanol. As massas podem esperar mais aumento do custo de vida. O que Dilma dá com uma mão à população, tira com a outra. Esse é o mecanismo da contrapartida tão propagandeada pelo governo e pela burocracia sindical. Aos capitalistas, o Estado garante os subsídios, que certamente avolumarão a dívida pública e finalmente arrebentará sobre as massas.

O alto endividamento de grande parcela dos assalariados e da pequena-burguesia ainda tem servido ao propósito de garantir as compras e animar os negócios. Uma das alavancas da diretriz petista para o crescimento econômico tem sido a do farto crediário. O Banco de Compensações Internacionais (BIS) apurou que 19,9% da renda no Brasil são despendidos para saldar dívidas, equiparando-se aos Estados Unidos (19,8%).

A retração na indústria começou a resultar em fechamento de postos de trabalho e demissões. A taxa de emprego não despencou devido ao desempenho positivo da agroindústria e dos serviços, que abarcam a maior parte da força de trabalho. No momento em que as demissões se espalharem, o peso do endividamento se fará sentir poderosamente.

A tarefa consiste em alertar e preparar os explorados para enfrentar novos ataques dos exploradores. Uma das exigências mais almejada pela Fiesp é a da reforma trabalhista. Aos poucos, o grande capital vem impondo a flexibilização. Conta para isso com a colaboração da burocracia sindical. A CUT e seu braço direito – o Sindicato Metalúrgico do ABC – estão aplaiando o caminho para o governo atender o pleito burguês da reforma trabalhista.

A defesa das reivindicações mais elementares constitui o ponto de partida da resistência operária aos capitalistas e de organização da oposição revolucionária ao governo burguês de Dilma Rousseff. Todas as forças que se reivindicam da classe operária, que ainda são diminutas, têm o dever de constituir uma frente única de combate pelos empregos e salários, de rejeição da reforma trabalhista e sindical da CUT, de enfrentamento com os planos econômicos do governo petista.

Conta de Luz

O real objetivo do governo petista – Resposta operária

Anúncio bombástico de Dilma de que a população receberá de presente uma redução média de 16,2% na conta de luz nos remete ao ditado “presente de grego”. A bondade da petista, na realidade, foi uma contrapartida ao mesmo anúncio de que as empresas – incluindo as poderosas multinacionais – terão um desconto de até 28%. O objetivo, portanto, não é o de favorecer os assalariados, pequenos comerciantes, camelôs, camponeses pobres, mas sim o de justificar o presente de mãe aos capitalistas.

Caso a presidente tivesse reduzido apenas para o consumo popular, com certeza a burguesia, seus jornais e politiquinhos estariam gritando impropérios contra o governo. Mas não, Dilma foi elogiada pela Fiesp por ter se sensibilizado, finalmente, com os apelos da indústria.

Os custos da energia têm sido apontados como um dos causadores da perda de mercado para os importados. Os especialistas, que ganham para apresentar as queixas deste ou daquele setor da economia, acusam os impostos que incidem sobre a produção e distribuição de energia como causadores das tarifas tão altas. O melhor para eles seria se o governo fizesse um grande corte nos impostos, e não um cortinho como o previsto no pacote de Dilma. Mas para se aliviar a carga de cerca de 50% dos impostos que entram no preço final da eletricidade seria preciso que o governo encontrasse outra fonte de recurso, uma vez que carrega nas costas uma dívida interna e externa que consome perto de 47% do orçamento da União.

A forma seria atacar os salários do funcionalismo, demitir, mexer profundamente na previdência, conter o reajuste do salário mínimo, apertar a lei de Responsabilidade Fiscal, etc. Tomar uma decisão dessa grandeza para sustentar os encargos parasitários da gigantesca dívida e proteger a alta lucratividade dos capitalistas significa enfrentar a resistência das massas, o recrudescimento da luta de classes e a crise política. Não é conveniente para a gestão petista adentrar por esse caminho. Assim, Dilma procura administrar as pressões da crise econômica e os movimentos políticos da fração mais influente da classe burguesa. Colocou-se de acordo com o diagnóstico de que a indústria nacional (fazem parte dela as multinacionais) está bloqueada devido ao Custo Brasil.

Certamente, a prometida redução de 16,2% para o consumo residencial não agradou os empresários, por não ajudar a derrubar o Custo Brasil. Os detentores das geradoras e distribuidoras tem de admitir transferência de valores para outros setores capitalistas. Aos poucos, vem à luz do dia a rede de implicações, sobre as quais as massas desorganiza-

das não têm como influenciar. Está previsto um aumento da gasolina e do etanol. Os acionistas da Petrobrás - os mais poderosos são estrangeiros - vêm fazendo uma campanha cerrada de que Dilma deve reajustar os preços. Portanto, o que será dado com uma mão será tirado com a outra.

O governo remaneja os interesses dos diversos grupos capitalistas e as massas recebem o impacto. No entanto, o que parecia ser uma bela de uma jogada poderá ser um tormento para o governo. Os especuladores na Bolsa de Valores derrubaram o valor das ações da noite para o dia. Para impor aos grupos que controlam a geração de energia a redução tarifária, o governo terá de usar o poder do Estado como concessionário. Algumas companhias terão suas concessões finalizadas antecipadamente, de maneira que entrarão nos cálculos do novo acordo o capital investido, o retorno e a consequente amortização. Haverá uma disputa em torno de valores que o Estado terá de arcar como compensação às empresas concessionárias. Por trás delas, estão os mega-bancos (JP Morgan, HSBC, Itaú, etc.)

Nota-se que enquanto os empresários da indústria alegremente riem, os da energia elétrica arreganham os dentes. A disputa interburguesa em torno da distribuição dos valores (mais-valia) produzidos pela classe operária recairá finalmente sobre os assalariados e demais oprimidos.

Os problemas que envolvem o setor elétrico são amplos. Oito distribuidoras do grupo Rede Energia sofreram intervenção devido a “dificuldades financeiras e má prestação de serviço público.” Está para se fazer uma avaliação sobre a privatização dessa fonte estratégica. O seu controle empresarial exige alta lucratividade, tanto é que se trata de um negócio nobre para os acionistas. A população acaba arcando com as consequências. Os capitalistas passam o custo da energia para o preço final das mercadorias. E as tarifas dos domicílios se elevam, pesando enormemente para os pobres.

O governo petista reclama da “privataria” do governo FHC, mas a mantém. Pretende com seu plano de redução das tarifas para os empresários remanejar interesses. Garantidas as concessões, as massas continuarão a alimentar a alta lucratividade dos parasitas com seu sacrifício.

A bandeira da classe operária é de estatização geral, sem indenização, monopólio estatal das fontes de energia e controle operário da produção. Diante da balela petista de que as tarifas serão reduzidas para a população, a resposta operária se concentra na defesa do salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, que deverá ser calculado segundo as necessidades reais de uma família de quatro pessoas.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Chacina no Parque Natural de Gericinó

A notícia de seis jovens assassinados a tiros e facadas, despidos e enrolados em lençóis abalou a Baixada Fluminense, onde fica o Parque Natural de Gericinó, próximo à favela da Chatuba. Os rapazes foram se divertir em uma cachoeira, no dia 11, sábado, e não mais voltaram. Segundo os pais, seus filhos não faziam parte do tráfico. As mortes configuram execuções.

A favela de Chatuba está sob controle de uma das facções do tráfico. A polícia prendeu alguns suspeitos, entre eles um ex-militar do exército, Daniel Dias Cerqueira dos Santos, acusado de ser “olheiro” dos traficantes. No entanto, até agora não se sabe ao certo a razão dessa tragédia. A principal indicação é que os jovens foram confundidos como membros de uma facção rival do tráfico. Não tendo nada a ver com a disputa territorial de quadrilhas e não estando envolvidos com as drogas, aumenta o sentido bárbaro das mortes.

O Brasil se tornou o segundo consumidor de drogas, seguindo os Estados Unidos. Calcula-se que 2,8 milhões de brasileiros consomem cocaína e crack. Se se acrescentar a esse número os viciados em maconha, a proliferação das drogas comparece como uma epidemia.

Nas últimas décadas, o lucrativo negócio tomou conta de todos os bairros e favelas em que se acantona uma massa de miseráveis. Nestes aglomerados humanos, abrigam-se as facções do narcotráfico, que arregimentam seus membros nas camadas mais pobres, que abastecem os consumidores dos bairros de classe média alta e da burguesia. Como não poderia deixar de ocorrer, parcelas crescentes de jovens que pertencem a famílias operárias passam também a consumir.

O narcotráfico é uma criação do capitalismo. As drogas servem aos endinheirados. Mas por força da produção, da expansão de mercado e estruturação da rede de tráfico, as drogas chegam às camadas exploradas e oprimidas.

A fração capitalista narcotraficante rompe o cerco da legalidade e da repressão aumentando seu poderio econômico e político. Não há como o mercado das drogas se expandir sem que empresários, bancos, políticos, policiais, juízes, militares, etc. não tomem parte. A “guerra” aos narcotraficantes se insere no funcionamento desse negócio altamente lucrativo. As autoridades reconhecem que não é possível eliminar esse submundo comercial e a chaga social das drogas. O máximo que o Estado pode fazer é controlar sua proliferação por meio da repressão. O resultado não tem sido nada promissor. O volume de capital envolvido na produção, tráfico e consumo é tão vultoso que a fração burguesa narcotraficante penetrou em todos os poros da sociedade.

Está aí por que um importante setor da classe dominante, que inclui especialistas de o todo tipo, levanta a tese da legalização das drogas. Que se as reconheçam como uma mercadoria. Talvez fique mais barato para o Estado cuidar dos seus efeitos arrasadores sobre parte da população. Se

os capitalistas das drogas pagassem impostos abasteceriam o Tesouro Nacional. Trata-se de um dilema do capitalismo putrefato.

O certo é que as famílias trabalhadoras e a juventude miserável, de um jeito ou de outro, estão sujeitas aos interesses da fração burguesa narcotraficante e da selecionada repressão desferida pelo Estado. Os seis rapazes executados quando passeavam no Parque Natural de Gericinó eram da Favela de Chatuba. Quem os matou faz parte da “guerra” do tráfico. Não matariam por matar. É bem possível que seja verdadeira a versão de que foram confundidos como pertencentes a uma facção rival. Os traficantes em grande parte vêm dos bairros pobres e favelas miseráveis. Os rapazes eram da favela. Eis a dupla tragédia.

A imprensa e autoridades compareceram diante da população carregados de indignação e de altruísmo, lamentando que traficantes frios pudessem ter cometido tamanha ignomínia. Cumprem, assim, seu papel de ocultar as causas últimas, que geram o narcotráfico, que levam homens, mulheres, crianças e jovens a ingressarem nas fileiras desse comércio e que transformam uma parcela deles em feras bestiais.

Onde se pode aplicar capital, comercializar e extrair lucros, lá estarão os capitalistas. Essa lei econômica não somente conduz os burgueses a construir fábricas de alimentos, roupas, mas também de aguardente, fumo, cocaína, crack, etc. Busquemos na economia capitalista as causas do narcotráfico e veremos como se constituem os matadouros de humanos.

Os pais dos jovens choram a sua dor e reclamam que a polícia e o governo não os protegeu dos bandidos. Quanto mais reclamarem em sua inconsciência pela intervenção policial, mais alimentarão a burguesia narcotraficante e mais tempo de vida darão ao bárbaro capitalismo. Infelizmente, a dor e a consciência não andam juntas. E, no caso, estão em oposição.

É necessário que o proletariado construa seu partido revolucionário, que organize as massas oprimidas contra as causas de seu sofrimento, dor e desespero. O partido que lutará palmo a palmo a cada injustiça, a cada violência capitalista e a cada ataque econômico contra a maioria explorada.

As massas dispersas não podem contar com suas próprias forças e se submetem aos seus algozes, que usam de mil artifícios políticos, religiosos e culturais para esconder a face.

Trabalhadores e juventude oprimida, empunhem as duras experiências da barbárie capitalista para pôr em pé o partido da revolução proletária. A sociedade socialista abolirá por força da coletivização da produção e da distribuição de riqueza, enfim da coletivização da vida humana, as taras e horrores sociais da sociedade de classes.

Bahia

Por que defendemos o voto nulo programático? por que não chamamos o voto na frente de esquerda?

A classe operária, os camponeses, estudantes e o funcionalismo público já deram demonstrações da capacidade de luta e mobilização contra as condições de exploração a que estão submetidos e contra as medidas de ataque dos governos Dilma Rousseff (PT), estaduais (como, por exemplo, o governo Jaques Wagner) e municipais, em defesa de melhores condições de vida e trabalho.

O PT, partido que nasceu das lutas sindicais do final da década de 1970 e início dos anos 1980, se tornou um partido da ordem burguesa e, hoje, governa para os capitalistas (industriais, comerciantes, banqueiros, financistas, latifundiários e agroindustriais). Se adaptou completamente ao Estado, ao parlamento, às eleições e à democracia capitalista, mantendo a frente do Estado o direito de propriedade privada, atendendo às necessidades e interesses da classe dominante do país e das multinacionais. Não à toa o PT recebe financiamento dos capitalistas. As correntes que permanecem em seu interior (como O Trabalho-OT, Democracia Socialista-DS e correntes menores) nada mais fazem que se submeter ao eleitoralismo, às traições e ao reformismo petista, associando-se como membros minoritários à burocracia petista na CUT e na UNE.

Infelizmente, a burocracia incrustada nas entidades sindicais, dirigidas pelo PT e PCdoB, que foram responsáveis pela fragmentação do movimento grevista e atuaram no sentido da permanente conciliação com o governo de Dilma Rousseff (PT), contra o conjunto dos servidores federais, professores e estudantes, além das vacilações do reformismo (PSol) e do centrismo (PSTU— partido que vacila entre o marxismo e o reformismo), que demonstraram fraqueza e sucumbiram às pressões reformistas, colocando-se na contramão da ação direta das massas e dos métodos da luta de classes, determinaram o fim do movimento grevista. A tática de se dedicar ao processo eleitoral se sobrepôs à necessidade da luta pela educação pública, das condições de vida e trabalho dos servidores, estudantes. Não a toa, PSTU e PSol se esforçaram nacionalmente nas últimas semanas para por fim à greve dos professores. Se ainda a greve resiste, é em razão de parte da base que caminha na contracorrente das direções.

Terminada a onda de greves do funcionalismo público federal, que desmascarou o verdadeiro caráter burguês do governo Dilma Rousseff (PT), tão acobertado por correntes petistas e por parte das direções dos movimentos sociais, que apoiam e dependem dos recursos governamentais, chegou a hora de nos posicionarmos sobre as eleições.

O Partido Operário Revolucionário (POR) atuou onde foi possível (servidores federais, professores das Instituições Federais de Ensino e Estudantes) defendendo a unidade da classe operária, dos assalariados em geral, dos estudantes e dos demais explorados, no sentido de potencializar a luta em defesa das reivindicações elementares e da defesa da universidade pública, gratuita, laica, em que fosse concretizada a relação teoria e prática.

O POR é claramente um partido marxista-leninista-trotskista, portanto, luta pela destruição do capitalismo e pelo socialismo. Diferentemente de partidos como o PSol, PSTU e PCB, não deposita qualquer ilusão nos métodos criados pela classe dominante, isto é, o parlamento, as eleições, a democracia e o Estado burguês. As instituições burguesas servem à manutenção da dominação de classe sobre o proletariado e demais explorados.

Porém, como leninistas, não defendemos o voto nulo por princípio. Utilizamos a democracia, o parlamento e as eleições burguesas como tribuna revolucionária. Sabemos que a intervenção dos revolucionários no processo eleitoral e parlamentar depende das condições da luta de classes e das próprias forças do partido revolucionário, enraizado nas massas. Nas condições de ilusões das massas na democracia, no parlamento, nos partidos e no governo burguês de plantão, os revolucionários são obrigados a intervir no processo eleitoral e aproveitar

as condições para difundir as posições revolucionárias, defender as condições vitais e reivindicações do proletariado e demais oprimidos contra a sanha capitalista e a estratégia da revolução e ditadura proletária como saída para a crise monumental do capitalismo e para a superação da exploração do capital sobre o trabalho.

Partindo das condições elementares de vida e trabalho das massas, de suas reivindicações mais simples, como educação, emprego, saúde, terra, salário vital, devemos fazer uma ponte com a estratégia de destruição do capitalismo e constituição do socialismo, pela via da revolução proletária. Se a intervenção nas eleições, no parlamento e na democracia burguesa não cumpre essa finalidade, acaba servindo apenas como enfeite e reforço das ilusões democráticas das massas no domínio dos capitalistas.

Mas, o que fazem exatamente as correntes e partidos da Frente de Esquerda em todos os estados e municípios em que atuam? Primeiramente, a Frente de Esquerda é resultado de acordos de cúpula entre os partidos e não da discussão aberta e coletiva com todas as correntes, quer tenham influência eleitoral ou não. O que vale para PSTU e PSol é se os partidos e correntes são legalizados e têm alguma influência eleitoral. Em Natal (RN), o POR participou da discussão da Frente de Esquerda com PSol, PSTU e independentes. Propusemos que o debate sobre o programa fosse coletivo em plenárias abertas. O PSTU, acostumados aos acordos de cúpula com PSol, não aceitou e rompeu com a discussão. O PSol, ao final, sucumbiu ao PSTU, pôs fim ao debate da frente e compôs finalmente um acordo de cúpula com PSTU, com consignas rebaixadas, adaptadas ao eleitoralismo e às promessas de campanha.

O POR não se submete às imposições da legislação burguesa para fins eleitorais, como fizeram o PSol, PSTU e PCO, que tiveram de conciliar o que resta de suas posições com os princípios de manutenção do Estado de Direito dominante, deformando completamente o programa, a estratégia e tática marxista. O pior é que fazem tudo isso em nome do marxismo, confundindo, dessa forma, a vanguarda e demais ativistas socialistas. Cada vez mais, essas correntes se afundam no eleitoralismo e defendem posições cada vez mais rebaixadas.

Como os demais partidos da ordem burguesa (PT, PSDB, PMDB, PDT, PP, PSB etc.), PSol e PSTU tentam passar a posição equivocada e antimarxista de que é possível superar as profundas contradições da sociedade capitalista e as condições de miséria, de exploração e de fome das massas exploradas através de parlamentares eleitos, de prefeitos, vereadores e presidentes que constituam um governo dos trabalhadores, saído das eleições e apto a concretizar as aspirações das massas exploradas no âmbito do Estado e das instituições burguesas. Com isso, ao contrário do que pensam, apenas reforçam as ilusões das massas na democracia burguesa.

Não resta qualquer opção ao POR a não ser defender o voto nulo programático, que significa chamar os oprimidos a se colocarem contra o circo eleitoral burguês em defesa do programa revolucionário e da vida das massas proletárias e exploradas. Não podemos depositar qualquer ilusão na democracia, no Estado, no parlamento e nas eleições burguesas, porque servem unicamente para manter as atuais condições de miséria e exploração das massas. Devemos apostar nas nossas próprias forças, na mobilização, na organização e na luta dos explorados, que, através das suas experiências e lutas, avançam na consciência política de classe e se chocam com o poder dos governos e do Estado. Só assim poderemos avançar na luta pelo socialismo e nos diferenciarmos das correntes que se submeteram ao eleitoralismo.

CHAMAMOS AS DEMAIS CORRENTES, QUE SE REIVINDICAM DO SOCIALISMO E DA LUTA DE CLASSES, A COMPOR UM COMITÊ PELO VOTO NULO, COM DEBATES, PANFLETAGENS E MOBILIZAÇÕES, NO SENTIDO DE DEFENDER AS REIVINDICAÇÕES DOS EXPLORADOS E A REVOLUÇÃO SOCIALISTA!

Fortaleza-CE: nenhum apoio às candidaturas burguesas: Elmano, Roberto Cláudio, Moroni, Marcos Cals ou Heitor!

Pelo Voto Nulo programático!

Em defesa da independência de classe dos trabalhadores e construção do Partido Operário Revolucionário!

As eleições municipais deste ano contam com dez candidatos a prefeito e mais de mil candidatos a vereador, um recorde. Ocorrem em meio a crise política com o julgamento do mensalão e a acentuação da desaceleração econômica, expressão da crise mundial capitalista, que tem provocado demissões e a queda da previsão de crescimento do PIB para menos de 1,8% em 2012. A devastadora crise europeia e americana, e as consequências na economia nacional, obrigarão os governos, em todas as esferas, a atacar as condições de vida das massas, a destruir ainda mais seus direitos etc para manter os orçamentos estatais a serviço do grande capital e da salvaguarda dos monopólios capitalistas.

Fortaleza não fugirá a esta lógica. O PT, que há oito anos administra a capital em completa harmonia com os grupos empresariais, tomou a dianteira em atacar as condições salariais e os parques direitos trabalhistas e previdenciários dos servidores. Depois de severos ataques aos trabalhadores, a exemplo do se viu nas últimas campanhas salariais de professores, agentes de saúde e de trânsito (com ações de ilegalidade, corte de ponto e até mesmo demissões) a prefeitura petista viu aumentar o descontentamento popular.

Luizianne Lins, que amarga elevados índices de rejeição, lançou seu ex-assessor político, Elmano Freitas, candidato à sucessão municipal, última esperança da vendida burocracia petista em manter seus privilégios na máquina municipal. O governo do estado, controlado pelo PSB e antigo parceiro local, romperia a aliança (a despeito das tentativas petistas de acertar um acordo de apoio a Elmano) lançando o presidente da Assembleia Legislativa, Roberto Cláudio, candidato. Este último, um fiel escudeiro da oligarquia Ferreira Gomes, vislumbra para a capital a mesma receita já aplicada por Cid em escala estadual: atacar profundamente as conquistas dos explorados, cortar gastos, reprimir os movimentos sociais e assegurar todas as benesses possíveis aos setores capitalistas mais destacados.

Moroni Torgan, que ainda aparece na liderança na maioria das pesquisas de opinião, representa o último lampejo de um velho partido burguês decadente: o DEM, que se decompõe melancolicamente (queda de Demóstenes, cisão do PSD, etc) e se apegua a um populismo grosseiro e conservador. Moroni repete, até a exaustão, a velha cantilena da direita burguesa para o problema da violência: a militarização para enfrentar a barbárie incontrolável das favelas, pobres e miseráveis. No entanto, em sua proposta de maior militarização da Guarda Municipal não está sozinho: apenas continua um trabalho já iniciado pelo próprio PT e que hoje encontra apoio inclusive em outras candidaturas burguesas, como a do pedetista Heitor Férrer, que representa mais uma das alternativas 'populistas' da burguesia para administrar a crise capitalista.

Vê-se dessa maneira que os explorados precisam defender a sua independência de classe, rechaçando as candidaturas dos nossos inimigos de classe, que buscam a criação de governos burgueses, defensores da grande propriedade burguesa (dos ricos capitalistas) e inimigos mortais de nós trabalhadores explorados e nossa luta.

Por que o POR não apóia as candidaturas oriundas da chamada frente de esquerda?

A frente de esquerda não saiu unificada esse ano. PSTU e PSOL acusaram um ao outro de divergência quanto ao tempo na TV e programa. O PCB, por sua vez, seguiu o PSOL. Em nível nacional, o PSTU só consentiu aliar-se no âmbito da frente de esquerda onde existia a possibilidade de eleger um parlamentar. Nesse caso sujeitaram-se a todas as baixezas, inclusive aliar-se com o governista e decomposto PCdoB em Belém. O PSOL, de seu lado, continua fazendo alianças com os partidos burgueses, desta vez o leque vai do PT até PSB, como se observa em alguns estados. Tais partidos não utilizam o pouco tempo de TV para denunciar as eleições como campo de disputa da burguesia, como farsa para enganar os explorados e para mascarar sua ditadura de classe. Ao contrário, mantém ilusões nos trabalhadores de que por meio da administração da máquina estatal será possível melhorar a vida dos mais humildes.

A lenta retomada das lutas operárias, de servidores e estudantes em vários lugares, ainda não foi suficiente para quebrar o domínio burguês (que se exerce por meio de uma pérfida burocracia sindical, traidora dos interesses históricos do proletariado e submissa à burguesia nacional) sobre os sindicatos e centrais sindicais, que estão completamente atrelados à política de colaboração de classe e envolvidos nas campanhas ao lado desta ou daquela candidatura burguesa ou pró-burguesa.

A vitória sobre a burguesia, porém, não pode ser alcançada por meio das eleições, onde o poder econômico se impõe e vencem os candidatos apoiados pelos grandes capitalistas. A justiça eleitoral (TSE) e a imprensa burguesa têm, insistentemente, chamado os explorados de todo o país a comparecerem às urnas com a promessa de que, por esse meio, podem mudar suas vidas. Pretendem, assim, fazer os explorados recuarem no uso de seus métodos próprios de luta (greves, mani-festações, etc.) os únicos capazes de lhes assegurar emprego, salário e moradia. O POR convoca os oprimidos a fazerem exatamente o oposto: a retomarem seus métodos de ação direta de massas, a não confiarem nas candidaturas burguesas e a lutarem pela revolução e ditadura proletárias.

O POR não nega a importância de se intervir nas eleições, especialmente hoje quando são enormes as ilusões despertadas com o voto. Não o faz, porém, pela impossibilidade de impor sua legalização à reacionária justiça eleitoral, que abre todas as brechas (veja-se a completa farsa da lei da ficha limpa) para os laráprios, corruptos, narcotraficantes desde que estejam de acordo com a defesa do regime de exploração do trabalho.

O POR fez um chamado às organizações de esquerda, que se reivindicam do marxismo e da revolução proletária, para a intervenção comum nas eleições, na forma de frente revolucionária, mas não obteve resposta. A explicação para esse fato está no atoleiro eleitoral, cada vez maior em que estão metidas as correntes ditas 'socialistas'. O fracasso da **Frente de Esquerda** (PSOL-PSTU-PCB) é expressão do eleitoralismo das correntes. Por isso, o POR convida os trabalhadores e a juventude a votarem nulo em defesa do programa revolucionário e da construção do Partido Operário Revolucionário.

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR) ao Grito dos Excluídos

Aos trabalhadores e à juventude

O Grito dos Excluídos deste ano coincide com as eleições municipais. Os candidatos burgueses voltam a fazer promessas e apresentar planos para resolver os graves problemas que atingem os pobres e oprimidos. Sabem perfeitamente que a saúde, moradia, educação e transporte são um inferno para a maioria. Assim, exploram a aflição das massas para disputar os votos.

Os partidos da burguesia arrastam a população pobre e miserável por trás de sua política de exploradores, de mentira e falsificação. A falta de um grande partido da classe operária, que defenda o programa da revolução socialista e que dirija a luta dos explorados, permite que os partidos da classe capitalista canalizem os necessitados e controlem suas consciências. De repente, os eleitores arrancam dos bolsos hospitais para todos, escola em abundância, construção de moradias populares, transportes ágeis e baratos. Mentem, mentem descaradamente. Mentem, uns mais que os outros!

Ocorre que no capitalismo não há solução para o sofrimento das famílias de trabalhadores. Não há como incluir os excluídos e tornar o capitalismo mais humano. Não há como acabar com a pobreza e a miséria que levantam as favelas, os cortiços e os bairros carentes. Não há como reduzir a diferença entre a saúde dos ricos e dos pobres. Não há como ir da casa ao trabalho sem ser como gados.

Nós operários, trabalhadores do comércio, vendedores ambulantes e desempregados formamos um grande exército humano que serve aos capitalistas para movimentar seus negócios. Está aí por que a riqueza se concentra em um pólo e a pobreza no outro. Na política, os partidos da minoria que estão no pólo da riqueza controlam a maioria que não tem seu partido revolucionário. As massas dispersas servem de mão de obra barata aos capitalistas e para votar nos partidos dos exploradores.

O Grito dos Excluídos deve dizer: **precisamos urgentemente construir um partido operário revolucionário.** Deve dizer: **arrancaremos as reivindicações com nossas próprias forças.** Os trabalhadores organizados nas fábricas, na construção civil, no comércio, nos bancos e nos bairros devem se levantar contra a classe capitalista por um programa de defesa do emprego, dos salários, da aposentadoria e das condições de vida.

O “Grito dos Excluídos” deve exigir dos sindicatos e das centrais sindicais que organizem um movimento nacional unitário contra a exploração do trabalho, a miséria e a fome. Deve condenar a burocracia sindical que submete as organizações operárias aos governos e que serve de base de apoio aos partidos da burguesia. Não podemos acreditar que os problemas diários de moradia, saúde, educação e transporte vão ser resolvidos por meio de políticas públicas, praticadas pelos partidos capitalistas. Não devemos aceitar a mentira de que a pobreza e a miséria vão sendo solucionados aos poucos pelo Estado. Não

podemos nos resignar com a ideia de que uma pequena melhora para uma pequena parte dos oprimidos seja um progresso social. E não devemos admitir que o Estado controlado pela burguesia possa ser colocado a serviço dos trabalhadores.

As chagas sociais atingem a maioria. Isso porque por trás das favelas, da criminalidade, da mortalidade infantil, da precária saúde e educação públicas estão o salário mínimo de R\$ 622,00, os pisos salariais de pouco mais de R\$ 1.000,00, os milhões que sequer conseguem um salário mínimo, os milhões que se submetem ao humilhante bolsa família e os milhões de desempregados e subempregados. É a exploração capitalista do trabalho que temos de combater.

O Grito dos Excluídos para ser consequente está obrigado a levantar as bandeiras que de fato protegem a vida da classe operária, dos demais trabalhadores e da juventude oprimida. São elas: **SALÁRIO MÍNIMO REAL DE R\$ 4.000,00, ESCALA MÓVEL DAS HORAS DE TRABALHO (redução da jornada, sem reduzir os salários); REAJUSTE DOS SALÁRIOS PELO MAIOR ÍNDICE DE INFLAÇÃO E DE CUSTO DE VIDA; APOSENTADORIA A TODOS E QUE NÃO SEJA MENOR QUE O SALÁRIO MÍNIMO REAL; EMPREGO E ESCOLA A TODO JOVEM (MÁXIMO DE 4 HORAS NA PRODUÇÃO E O RESTANTE PARA ESTUDO E LAZER), PROTEÇÃO DA MULHER ACABANDO COM A DUPLA JORNADA E A DISCRIMINAÇÃO SALARIAL E ERRADICAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO RACIAL.**

Os trabalhadores e a juventude enfrentam a dura repressão patronal e governamental. Basta que se inicie uma greve por aumento salarial para que a polícia seja acionada. Basta que a greve mostre força para que a Justiça a considere abusiva. A polícia impede a organização da luta e a justiça impõe multas aos sindicatos. **NÃO TEMOS DIREITO DE GREVE E MANIFESTAÇÃO.** Nas favelas e bairros pobres, a polícia exerce um poder totalitário. As casas de trabalhadores são invadidas. Os policiais matam pessoas como se fossem moscas! **OS POBRES NÃO TÊM OS DIREITOS CIVIS ASSEGURADOS.** O Grito dos Excluídos deve levantar as bandeiras de **FIM DA LEI DE GREVE PRÓ-PATRONAL, PELO DIREITO IRRESTRITO DE GREVE, FIM DA VIOLÊNCIA POLICIAL, VIGILÂNCIA E CONTROLE POPULAR DOS BAIRROS, APURAÇÃO DOS CRIMES POLICIAIS POR MEIO DE UM TRIBUNAL POPULAR.**

O Grito dos Excluídos deve responder aos incêndios nas favelas de São Paulo. O Estado deve ser responsabilizado. Um **TRIBUNAL POPULAR** poderia investigar as causas reais. Os crimes contra os pobres são muitos. Os causadores são direta ou indiretamente a burguesia e seu governo.

Viva a unidade dos explorados sob a direção da classe operária!

Construir o Partido Operário Revolucionário!

Rechaçar as mentiras dos partidos e candidatos burgueses!

Organizar uma campanha nacional contra a miséria e a fome!

Londrina-PR

Grito dos excluídos é dominado pelo eleitoralismo do PT

Em meio ao clima festivo do desfile oficial, despertando o desprezo da população que assistia, entra em cena o oportunismo eleitoreiro do PT no grito dos excluídos 2012.

O que no passado era uma manifestação dos movimentos populares controlados pela igreja, torna-se a cada ano um espaço a mais do circo eleitoral. Foi o que se viu na manifestação do dia 7 de setembro em Londrina. Até os membros do MST, tradicionalmente alinhado ao PT e à igreja, ficaram visivelmente constrangidos com o descaramento dos candidatos petistas. Já os sindicalistas da CUT não tiveram nenhum comedimento em exibir os adesivos com o nome dos candidatos e portar as bandeirinhas do PT durante o desfile. Mas, para completar o circo eleitoreiro, também os candidatos do PSOL se utilizaram – em número bem menor, claro – da manifestação para sair cantando votos.

Diferentemente da farra eleitoreira, o *Comitê pelo Passe Livre, Redução da Tarifa e Estatização do Transporte Coletivo*, participou da manifestação levando para as ruas, pela segunda vez, o “bloco contra a demissão dos cobradores” e pelo passe livre. Destacando-se claramente da procissão petista-igrejueira, as faixas do *Comitê* foram reconhecidas pela população que identifica na luta do Passe Livre um movimento dos explorados. No final do evento, ainda foi possível denunciar no caminhão de som a farsa eleitoral e as candidaturas burguesas.

Bahia

O grito dos excluídos em salvador sob domínio da igreja e do reformismo

Há vários anos, correntes, partidos, movimentos sociais e setores da Igreja católica compõem ao Grito dos Excluídos no dia 7 de setembro. Trata-se de uma marcha importante, porque aglutina a vanguarda e a população explorada, na denúncia das condições de vida e trabalho da maioria oprimida do país. Entretanto, como nos anos anteriores, o Grito dos Excluídos esteve em Salvador sob a direção de um setor da Igreja, que impôs, sem qualquer discussão, a forma e organização do ato, monopolizou as intervenções, procurando reforçar as ilusões da massa empobrecida nas políticas assistencialistas.



Desgraçadamente, predominaram durante a manifestação os gritos de “contra a corrupção”, “por amor a Londrina” e “que Deus ilumine o novo prefeito”. Já a situação de miséria e exploração que sofrem as massas oprimidas esteve ausente da “animação” eleitoreira. A iminente demissão de 500 cobradores e o fim da função de cobrador pactuada entre o ex-prefeito do PT, os capitalistas e o sindicato foi fragorosamente silenciada. E isso, diante do fato do juiz da 5ª vara ter negado o recurso do sindicato e selar a sorte dos trabalhadores.

O panfleto do Comitê distribuído durante o ato alertava precisamente que “agora não há outra saída para barrar a demissão, senão a mobilização!” Também alertava contra o aumento da tarifa que a prefeitura e os empresários já estão tramando para começo do ano que vem. Seja quem for o prefeito, é nessa época que se aplicam os aumentos nas tarifas. Por isso o Comitê defende:

Redução da tarifa já! Chega de lucro! Estatização sob controle dos trabalhadores!

A luta deve ser nas ruas! NENHUM político vai manter o cargo de cobrador e nem conceder o passe livre! A única forma de garantir o emprego é a mobilização!

Exigir do sindicato greve geral da categoria!

Parar a cidade em defesa do salário, do emprego e melhores condições de trabalho!

Demissão nem agora nem depois!

No caso de Salvador, a marcha se iniciou na Praça do Campo Grande indo até a Praça Castro Alves. A primeira imposição da Igreja foi a decisão unilateral e autoritária da separação mecânica entre os movimentos sociais, entidades sindicais e partidos políticos. É como se os movimentos sociais e as entidades sindicais não estivessem sob o controle da política dos partidos, em particular do PT e do PCdoB.

A particularidade do Grito dos Excluídos deste ano em Salvador, e em todo o país, é que ele ocorre em plena disputa eleitoral para as prefeituras e Câmaras Municipais. O que ocorreu de fato foi a ampla presença dos candidatos do PT, PCdoB etc. e dos partidos que compõem a Frente de Esquerda, como PSol, PCB e PSTU. Não fizeram mais que expressar a política e as posições assumidas na disputa eleitoral. Procuraram canalizar as insatisfações expressadas pelos explorados (chamados de excluídos) para a disputa eleitoral e o voto nas candidaturas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) atuou no Grito dos Excluídos com sua militância, com a distribuição do manifesto. Não pudemos falar, como nas vezes anteriores, por causa do domínio da Igreja e do reformismo. Denunciamos o eleitoralismo dos partidos e defendemos as posições revolucionárias diante da necessidade de organizar as massas contra o brutal processo de exploração, opressão, a miséria e a fome a que estão submetidas na sociedade burguesa.

Bahia

Balanço preliminar da Greve dos Docentes Federais

A greve dos professores das Instituições Federais de Ensino (IFES), motivada pela reestruturação da carreira, condições de trabalho e reajuste salarial é considerada uma das maiores de sua história. O movimento grevista foi deflagrado em 17 de maio por mais de 33 IFES, chegando a quase 60 universidades e institutos federais paralisados em todo o país, que resistiram à intransigência do governo de Dilma Rousseff (PT), sobretudo naquelas universidades mais sucateadas pela política educacional do governo e da burocracia universitária, condensada no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, no governo Lula (PT).

O quadro atual do movimento grevista é: 13 universidades saíram da greve, 15 a mantém, 18 a continuam com indicação de data de saída unificada, 6 continuam a greve e defendem saída unificada sem indicativo de data e 18 não enviaram informações ou extratos de atas ao Comando Nacional de Greve. A direção atual do Andes-SN é do PSol, sendo que a política deste partido bem a intervenção do PSTU nas últimas semanas, têm sido de finalizar a greve em todo o país o mais rápido possível. A ausência de uma direção política firme e consequente tem enfraquecido a luta dos docentes.

Desde 2010 o Andes/SN, junto com o Sinasefe e o Proifes, participou das mesas de “enrolação” do governo na tentativa de reestruturação da carreira docente sem quaisquer avanços. Em agosto de 2012, o governo encerrou as negociações de forma unilateral com uma postura antissindical através da aceitação por parte de uma das entidades que não representa 5% da categoria dos docentes. O Proifes assinou o acordo em 3 de agosto, contrariando as decisões de suas bases que atropelaram suas direções e sustentaram o movimento grevista, como é o caso de Goiás e da Bahia de forma mais expressiva, desmoralizando esse “Sindicato pelego e cupulista”. Em todos os sindicatos de base proifianos, houve uma luta intensa contra a burocracia sindical.

O governo criou o Proifes para quebrar o Andes-SN e submeter o movimento docente das instituições federais de ensino à burocracia sindical do PT e PCdoB, partidos da base do governo Lula e Dilma Rousseff, que atuam para quebrar as lutas em todo o país. Essa luta se intensificou quando o Andes-SN saiu da CUT e se filiou à Conlutas. O Proifes aglutina os setores contrários ao Andes-SN, encontrando-se filiado à CUT.

O CNG semanalmente avalia o quadro do movimento com base nos resultados das assembleias e avaliação política dos delegados presentes para orientar as ações do movimento. Nos dois últimos meses, criou-se um marco temporal na luta dos servidores públicos federais para o dia 31 de agosto, como último prazo para que o governo Dilma abrisse negociação com categoria e atendesse às suas reivindicações. As categorias em greve se deixaram levar pela retórica imposta pelo governo da LDO (Lei de dotação orçamentária) e LOA. O orçamento é vo-

tado no legislativo até dezembro de 2012, mesmo sendo aprovado pode ser reprogramado e suplementado pelo executivo.

O Projeto Lei de nº 4368/2012 que tramita na Câmara dos Deputados dispõe sobre a estruturação de cargos e carreiras do magistério federal, composto pelas carreiras do magistério superior (MS) e Ensino Básico Técnico e Tecnológico (EBTT) e os cargos isolados de professor titular livres. O PL deixa uma margem pequena para alteração de despesas em relação a qualquer mudança estrutural e conceitual da carreira. Dilma vetará qualquer alteração que não esteja amparada na luta dos grevistas. O PL aprofunda as distorções na carreira e realça o caráter meritocrático, privilegiando os pesquisadores que se submetem à lógica do produtivismo, às leis de mercado e aos editais do MEC para resolver problemas conjunturais da universidade, escondendo e aprofundando os seus problemas históricos.

O PL não trata de uma nova carreira, mas de um novo modelo de organização da carreira existente. A carreira docente se desestruturou desde 2008 quando o PROIFES assinou o acordo com o governo, criando os cargos de Associado I, II, III, e IV sem reenquadrar os aposentados. O referido PL confere amplos poderes ao MEC na avaliação de desempenho, progressão na carreira e avaliação do estágio probatório após os três anos, atentando contra a combatida autonomia universitária. A lógica do governo é fazer muito com poucos recursos, para ter mais orçamentos no cumprimento dos compromissos com o serviço da dívida e o socorro aos capitalistas em crise.

O certo é que a greve expressou uma forte tendência das bases passarem por cima das burocracias sindicais, que não mobilizam há muito tempo os docentes para a luta. Isso ficou realçado nos sindicatos de base proifiana que não queriam de forma alguma a greve, bem como em sindicatos vinculados ao Andes-SN, que adotam uma política reformista para o sindicato, desarmando a categoria com ações despolitizadas e academicistas, bloqueando a ação direta das bases. A greve docente foi seguida pela greve de várias categorias do funcionalismo público federal.

O funcionalismo público federal teve uma grande oportunidade de construção de uma greve geral por tempo indeterminado, porém o divisionismo no movimento obstaculizou a construção de greve unificada. Construímos atos unificados, porém sem unidade na ação direta para arrancar do governo Dilma as reivindicações das categorias. A greve do funcionalismo público federal foi controlada por uma política reformista que colocou freios na luta e acelerou seu desfecho diante das pressões eleitorais das campanhas de candidatos e de controle frente ao desgaste dos governos federais e estaduais do PT e de sua base aliada. Os partidos componentes da Frente de Esquerda (PSol e PSTU), presentes no movimento docente nacional, no Andes/SN (Psol) e comandos locais de greve tiveram uma responsabilidade política, quando precipitaram o fim da greve nas instituições de ensino superior.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org**

Fim da greve na Federal da Bahia

Na UFBA, a greve foi iniciada no dia 29/05 e teve de fato seu encerramento na assembleia do dia 29/08. Fato que expressou o submetimento de parte do comando ligados ao PSTU, ao O Trabalho (OT) e à Consulta Popular à proposta de se impor o fim da greve, indicando ao CNG uma saída coletiva no dia 05/09. O POR e os “independentes” votaram pela continuidade da greve na assembleia do dia 05, porém fomos derrotados e a greve foi encerrada com indicação para o dia 13 de realização de uma assembleia seguida de um ato com pauta de aprovação de um plano de luta para armar a categoria para o próximo período. O plano de lutas para o próximo período é o seguinte: manutenção e fortalecimento do Fórum dos 3 setores (professores, estudantes e técnicos administrativos) para acompanhamento e intensificação da luta pela pauta unificada; realização do congresso docente na UFBA; mobilização permanente com formação de comissões para avaliar os impactos do REUNI na UFBA, discussão do PL 4.368/2012 e comissão para debater as condições de trabalho; agenda de novas assembleias; garantia das eleições para o sindicato; realização de uma agenda de debates sobre a EBSEH nas unidades e atividades em todas as unidades.

O comando de greve se dissolve com o fim da greve, porém assume tarefas do pós-greve para manter o estado de mobili-

zação na UFBA e organização do movimento docente que se encontrava num período de letargia durante oito anos de gestão do mentor da Universidade Nova e dos bacharelados interdisciplinares, colocando a UFBA como pioneira no processo do brutal avanço de privatização/mercantilização do ensino superior. Esta tarefa consiste em potencializar os ganhos políticos da greve e preparar a categoria para continuar na luta.

O POR interveio no movimento defendendo a política revolucionária para a educação e os métodos da luta de classes do proletariado. Participamos do Comando Local de Greve da UFBA, em conjunto com outras correntes e nos diferenciamos claramente pelo programa revolucionário para a educação e universidade, dando visibilidade ao Partido e à Corrente Proletária na educação (CPE). Contribuímos para elevar o debate em torno da crise da educação, em articulação com a crise histórica do capitalismo e superar as tendências apoliticista e apartidaristas no comando e na base. Fizemos panfletagens permanentes com o Boletim da CPE, vendemos o jornal Massas e materiais do partido. Apoiamos a greve dos estudantes e a ocupação durante a greve da FAPEX. Defendemos, portanto, a unidade dos trabalhadores e da juventude numa só luta e comando unificado. Apresentaremos um balanço mais completo através de um folheto sobre a greve.

Unifesp-Guarulhos: A luta pela construção do prédio e a eleição para reitor

Reproduzimos boletim da Corrente Proletária distribuído na Unifesp dos Pimentas (Guarulhos-SP)

Apresentação

Este Boletim da Corrente Proletária Estudantil trata de dois problemas: a luta pela construção do prédio e a eleição para reitor. Mas há um ponto essencial que permeia os acontecimentos ocorridos na Unifesp de Guarulhos: a criminalização do movimento estudantil.

O embate entre os estudantes e a burocracia universitária, que envolveu o governo federal, resultou na invasão policial do campus, prisão de dezenas de estudantes e processos administrativos e judiciais. Aconteça o que acontecer a história da implantação da Unifesp está marcada pela combatividade dos estudantes que se destacaram espontaneamente na luta, das posições desenvolvidas pelas correntes que atuam no movimento e pela brutal repressão.

O comando da greve sustentou a luta por cinco meses, suportando todo tipo de pressão e enfrentando com valentia a incursão da polícia federal e estadual. O reitor e a camarilha de docentes que se vale de postos na burocracia (departamentos, conselhos, congregação, etc.) apoiaram sua inflexibilidade, expressando a inflexibilidade do governo Dilma Rousseff, na repressão policial. Os meios pacíficos, como mandar cartas aos estudantes, usar os professores para convocar os alunos a voltarem às aulas, etc. não conseguiram demover os grevistas.

A esperança da reitoria era de esvaziar o movimento pelo tempo e pela ameaça de perda do semestre. Contou com a despolitização e desorganização que ainda predominam no meio estudantil. A passividade de uma boa parcela seria o antídoto natural contrário à greve. Como se vê, a reitoria e o governo federal detinham bons trunfos para vencer pelo cansaço e pe-

las pressões institucionais. Mas se depararam com um imponente obstáculo: um comando formado por estudantes destemidos e convencidos de que a Unifesp de Guarulhos somente seria colocada em pé por meio da luta estudantil.

Essa vanguarda não se forjou de uma hora para outra. Desde 2007, quando ingressou a primeira turma, a bandeira de uma verdadeira universidade pública e gratuita foi levantada bem alto no bairro pobre dos Pimentas. Não por acaso, as primeiras prisões e processos vêm de 2008. Os estudantes ameaçados de expulsão evidenciam o avanço da criminalização dos movimentos sociais - das greves operárias às ocupações camponesas, passando pela luta estudantil.

Quanto às correntes que atuaram na greve, nem todas organizaram a ocupação e nem todas sofreram o peso da repressão policial. O PSTU e PCB taxaram o comando de esquerdismo e sectarismo. Não somente não organizaram a resistência aos ataques da reitoria e do governo, como indevidamente nos combateram. Não puderam aceitar, devido a sua política oportunista, que a ocupação servisse de esteio da greve. Lamentavelmente, não contribuíram para a dura resistência.

Esse percurso dos acontecimentos não deve ser obscurecido. Agora, estamos diante do embate com a camarilha de professores que pretende se apropriar de nossa conquista e transferir o campus da Unifesp ou desmembrá-lo. É preciso quebrar a manobra dos sabotadores.

A assembleia que decidiu pelo fim da greve padecia de fraqueza política. Não assumiu a responsabilidade de manter o movimento organizado perante o anúncio de que enfim a

reitoria ativaria a construção do prédio central. Novamente o PSTU e o PCB jogaram contra a organização ao vencerem com a proposta de a assembleia não discutir nada além das propostas de fim ou de continuidade da greve. Valeram-se do cansaço da greve e da despolitização da parcela majoritária da assembleia, que durante a greve ficou passiva.

Temos pela frente, portanto, a tarefa de reestruturar o movimento sobre dois pontos: construção imediata do campus de Guarulhos, sem desmembramento, e defesa dos estudan-

tes ameaçados pelos processos. Além disso, não podemos ficar alheios às eleições para reitoria. Trata-se de atuar no pleito defendendo as reivindicações do movimento e desmascarando a falsa democracia. Trata-se de reativar as assembleias e restabelecer o curso das decisões coletivas.

A Corrente Proletária Estudantil chama os estudantes a fortalecer a luta pelas bandeiras que impulsionaram a luta desde 2007 e a participar em nossas formulações e campanhas. Organizem-se na Corrente Proletária Estudantil.

Diante das eleições, fazer uma campanha em defesa das reivindicações

Nenhum candidato defende um programa de autonomia e democracia universitárias. Nenhum candidato se colocou contra a invasão policial do campus. Nenhum deles se levantou em defesa dos estudantes processados. Nenhum se colocou contra a criminalização do movimento social.

Chamamos os estudantes, os professores (aqueles que guardam independência perante a burocracia) e os funcionários a constituírem um comitê de defesa da autonomia e democracia universitárias, de luta pela edificação da Unifesp do bairro dos Pimentas, pela imediata retirada dos processos administrativo e judicial contra os estudantes lutadores. Por uma universidade controlada por quem estuda e trabalha!

Eleições para reitor e a democracia universitária

Estudantes, professores e funcionários; defendemos a eleição direta, universal, secreta para constituir o governo da universidade e a revogabilidade do mandato por aqueles que se elegeram. A definição da autoridade universitária e de toda a administração do campus por quem trabalha e estuda é parte da autonomia universitária. Mas, na presente eleição para reitor, não estamos diante dessa tarefa e não expressamos com nosso voto a democracia universitária.

As eleições e as candidaturas apresentadas são uma caricatura de democracia. As regras ultrarrestritivas para apresentar candidaturas, o voto qualificado do professor, o menor peso proporcional do voto estudantil, a lista tríplice e a decisão final da escolha pelo governo tornam as eleições do Reitor uma formalidade e uma farsa. Não contribuímos com a luta pela autonomia e democracia universitárias elegendo mais um representante da burocracia. Devemos afirmar os princípios democráticos exigindo eleições livres, com o direito de apresentar as candidaturas de acordo com a inserção na universidade, não importando os títulos e as classificações burocráticas.

Não nos enganemos com aqueles que querem apenas mudanças cosméticas na estrutura e funcionamento da universidade. Que não vão além da defesa da representação paritária. Lutamos pela democracia e autonomia universitárias plenas.

Eleger um Reitor não é um fim em si mesmo. A gestão da universidade deve ser arrancada das mãos da burocracia, do Estado e dos politiquinhos da burguesia. Uma verdadeira eleição expressa o poder real dos três setores: estudantes, funcionários e professores. Deve caminhar por formar um governo tripartite da universidade. A noção de que somente os professores – e principalmente os doutores – podem dirigir a uni-

versidade é uma premissa emanada do Estado e, portanto, da classe burguesa. O governo da universidade é essencialmente político, cuja diretriz social é fundamental para o ensino e para a administração da instituição.

Com base nessa compreensão, defendemos que se deve formar uma autoridade tripartite, eleita diretamente, pelo voto universal e secreto. Rechaçamos a impostura de que a elite pensante encarna a autoridade natural do processo de ensino e de funcionamento institucional da universidade. Essa premissa se baseia na autoridade burocrática e no controle externo da universidade pelos governos, portanto, em última instância, pelos partidos da burguesia.

Nosso movimento estudantil se encontra em um estágio muito atrasado quanto à luta pela democracia e autonomia universitárias, bem como da defesa do ensino público e gratuito, vinculado à produção social. Mas esse é o caminho que terá de percorrer, impulsionado pela degradação da educação. Os conflitos, como o que vivemos na Unifesp Guarulhos, exigem a constituição da **assembleia universitária**, organismo máximo de poder e soberania. Um dos obstáculos a sua convocação se encontra no profundo conservadorismo do corpo docente. Não obstante, nos deparamos com um obstáculo fundamental que é a defasagem política existente entre as massas estudantis desorganizadas e as condições objetivas de desintegração do ensino, que colocam o movimento estudantil na dependência das ações da burocracia universitária.

A luta pela independência política dos estudantes e por tornar o movimento estudantil uma força decisiva nas mudanças passa pela luta em torno da autonomia e democracia universitárias. Ou os estudantes assumem a tarefa de controlar coletivamente o ensino, ou a burocracia acadêmica, que é um apêndice do Estado, continuará a comandar a degradação da educação.

Os estudantes não podem desconhecer que o poder de uma casta de docentes sobre a universidade emana da economia e da política capitalistas. Distinto seria e será, no momento em que a classe operária passar a exercer seu poder sobre a sociedade em sua tarefa histórica de substituir a sociedade de classe pela sociedade sem classes.

A defesa da autonomia universitária, do fim do ensino mercantil, da implantação do sistema único, estatal, gratuito e controlado por quem estuda e trabalha e da superação da divisão entre a teoria e a prática, entre o ensino e a produção social, vem do programa da classe operária. Nenhuma outra classe

– nem a burguesia, nem a pequena-burguesia – pode defender a transformação da educação e a educação transformadora do homem a não ser a classe operária.

É essa posição que apresentamos aos estudantes, professores e funcionários da Unifesp. Não nos deixemos arrastar pela farsa democrática das eleições para reitor. Levantemos o programa de democracia e autonomia universitárias.

As eleições e a luta pela Unifesp de Guarulhos

As eleições devem estar marcadas pela luta que travamos por construir o edifício da Unifesp e por conquistar condições de estudo. Nossa jornada começou no alvorecer da implantação do campus de Guarulhos pelo Reuni. Mas na greve que recém terminou conseguimos expor para a sociedade as reivindicações e até mesmo a burocracia reconheceu sua justeza. O que quer dizer que o movimento estudantil mais uma vez se levantou como força social viva, distintamente dos docentes que não se mexeram. Pelo contrário, uma parcela dos professores nos atacou e pressionou os estudantes a quebrarem a greve. Fracassaram, felizmente!

O governo e o reitor se viram premidos a retirar da gaveta o edital de licitação e mostrar a verba para a construção do prédio. Nossa greve, ocupação e firmeza diante da repressão policial obrigaram a burocracia a se curvar diante da evidência de que se estava protelando a construção definitiva do campus. Obrigou também que um grupo de sabotadores ao projeto da Unifesp no bairro dos Pimentas viesse à luz do dia pleitear a sua mudança para o centro de São Paulo. Agora, já não falam no fim do campus de Guarulhos, mas em seu desmembramento.

O vergonhoso e estúpido argumento social e geográfico exposto pelos sabotadores evidenciou o tamanho de seus cérebros e das forças reacionárias da burocracia universitária, submetidas à politicagem do governo federal e estadual de São Paulo. É claro que a mentalidade burguesa de que seria desperdiçar dinheiro em uma universidade que atrairia estudantes pobres e incultos fez e faz parte da reação armada pelo grupinho de professores. Os iluminados não poderiam se dar conta do ridículo que foi e é usar o argumento de que o objetivo de construir uma

universidade de “excelência acadêmica” não poderia ser realizado se o campus ficasse em um bairro ermo, distante do centro cultural, pobre e violento.

A mentalidade discricionária contra o bairro pobre é típica de setores mais arcaicos e obscurantistas da burguesia e da pequena burguesia. Não por acaso, esse mesmo setor acusou a vanguarda aguerrida de violenta por ter ocupado a universidade. E se valeu da invasão policial do campus para defender sua posição aparentemente pacífica de que o bairro dos Pimentas não é lugar para uma universidade de “excelência acadêmica”. Os acontecimentos mostram que tais educadores, pesquisadores e intelectuais não piscam em apoiar a violência policial contra os estudantes em luta. Por aí vemos o que ensinam, pesquisam e como usam seu “elevado intelecto”.

É nesse contexto que os estudantes são chamados a votar neste ou naquele candidato da burocracia. Vamos exigir que se pronunciem abertamente sobre a convocação da polícia pelo Reitor. Que digam que estão pela condenação dos estudantes ou pela suspensão imediata dos processos. Que se posicionem pelo campus unitário dos Pimentas ou contrários à sua construção. Que digam em sua campanha o que acham do famoso dossiê dos sabotadores. Haverá algum candidato que se disponha a vir em uma assembleia estudantil e se comprometer com as reivindicações do movimento? Diante da miséria política e do obscurantismo intelectual, agrava-se ainda mais a caricatura da democracia eleitoral.

No entanto, entendemos que é preciso convocar uma assembleia e convocar os candidatos a se apresentarem. Exigiremos que se comprometam com as reivindicações do movimento. Caso nenhum compareça, cabe à assembleia se posicionar pelo voto nulo programático.

Viva a greve estudantil! Viva a ocupação da universidade!

Pela retirada de todos os processos contra os lutadores!

Fim da criminalização dos movimentos sociais!

Pela construção do prédio da Unifesp no bairro dos Pimentas!

Em defesa da democracia e autonomias universitárias!

Derrotar os adversários da Unifesp Guarulhos

A greve estudantil iniciada no dia 22 de março e encerrada em 23 de agosto teve um objetivo claro: o governo federal tem o dever de construir uma verdadeira universidade em Guarulhos. Os estudantes não admitiram desde a implantação do campus que se apresentasse uma caricatura de ensino público pelo Reuni. Os jovens apóiam a expansão do sistema estatal em sua luta pelo ensino gratuito e pelo fim do ensino pago (sistema privado). Por isso mesmo, não admitem a farsa. Eis por que, desde 2007, não demos trégua ao governo e à burocracia universitária, exigindo a edificação do campus e a criação de condições de estudo.

Em resposta, sofremos dura repressão. Contamos com inúmeros estudantes indiciados e processados. O governo federal do PT e a burocracia autoritária querem nos punir com expulsões. A retaliação não esmagou, porém, a aspiração dos estudantes empenhados em pôr em pé uma verdadeira instituição de ensino superior.

A greve de 5 meses terminou com uma conquista: obrigou o governo e a burocracia a retomar o edital de construção do prédio central, apresentando a verba de R\$ 46 milhões. Mas dois acontecimentos se contrapuseram ao seu prosseguimento. Nenhuma das 11 empresas habilitadas à concorrência compareceu no dia em que teriam de apresentar suas propostas. Enquanto isso, foi lançado um documento de um grupo de professores contestando a permanência do campus no bairro dos Pimentas.

Não se trata de mera coincidência. Estava lançada uma ação de cúpula para se apropriar da conquista da greve e desviá-la de seu objetivo. Certamente, o não comparecimento das empreiteiras fez parte da manobra dos sabotadores. Como se vê, os estudantes passaram a ter um novo problema pela frente – derrotar os sabotadores que se mostraram adversários da edificação da Unifesp em um bairro distante dos meios sociais da classe média. O bairro dos Pimentas abriga uma população

pobre e miserável.

Os doutos iluminados estiveram convencidos de que uma Unifesp no bairro dos Pimentas faria uma seleção social prejudicial ao que denominam de “excelência acadêmica”. Os primeiros colocados no vestibular desistiriam do campus geograficamente adverso e seus lugares seriam ocupados pelos de menor classificação. Evidentemente, o que seria bom para os estudantes mais pobres, que não tiveram possibilidade de se dedicar aos estudos e se viram alijados das escolas mais bem aparelhadas para a concorrência no vestibular, seria péssimo para os altos estudos universitários, ministrados por professores que primam pela “excelência” exigida pelo currículo Lates e pelas normas do MEC. O difícil acesso ao campus dos Pimentas prejudica o tempo de estudo da elite docente. A falta de segurança nesse ermo de Guarulhos lhes assombra e lhes tira o sono.

Esses não são problemas que afligem os estudantes que se lançaram a uma greve longa. O que nos atinge é estudar em uma universidade que sequer tem um prédio próprio. Basta que se contem os anos desde a inauguração da Unifesp em 2007, para se ver que já era tempo do governo federal ter cumprido com o que se propôs a fazer. Isso não aconteceria se a universidade fosse destinada aos jovens ricos de classe média.

Os sabotadores que agora levantam a bandeira de tirar a Unifesp de Guarulhos para levá-la ao centro de São Paulo têm a oportunidade para realizar sua aspiração de “excelência acadêmica”. Nós lutamos, somos golpeados pelo reitor e pela polícia, e, no momento em que aparecem os R\$ 46 milhões, os sabotadores se lançam contra a Unifesp dos Pimentas.

Diante da resistência estudantil e de setores da política petista de Guarulhos, baixaram a bandeira da transferência da Unifesp e levantaram outra – a de desmembramento do campus. Estamos diante de uma negociata entre setores da burocracia e talvez de politiquinhos do PT e PSDB.

O vice-diretor da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (EFLCH), Glaydson José da Silva, diz que o campus pertence a Guarulhos. Nisso ninguém mexe. Apenas a EFLCH sai. E por quê? Porque, por um lado, “é melhor para a escola cumprir seu papel de formação e pesquisa de excelência na área de Humanas, que tem suas especificidades”; por outro, “muitos dos alunos trabalham e têm baixo poder aquisitivo” e “que é preciso levar em conta as dificuldades de distância e acesso.”

Fantástica resposta. O campus de Guarulhos pode ficar com cursos que não têm a especificidade da EFLCH, que exige “excelência” de pesquisa. Esse interesse acadêmico pela excelência casa com as dificuldades de acesso dos estudantes pobres. Ora, senhor Glaydson, que o governo crie as condições de transporte e permanência. Vocês não estão preocupados com os estudantes pobres! Estão aflitos com suas próprias comodidades.

Tomemos outra ponderação do senhor Glaydson, que assombra qualquer pessoa com um mínimo de noção lógica. Perguntado pelo jornal “O Estado de São Paulo”, que vem dando voz aos sabotadores, se “o episódio que resultou na prisão de alunos influencia o debate”, responde: “A falta de instalações adequadas embasa as reivindicações, mas a ação violenta de um pe-

queno grupo radical foi possivelmente um agravante para os que querem sair do bairro, não porque a violência seja do bairro.”

Os estudantes organizados no comando decidiram ocupar dependências da universidade em resposta à posição do governo e da burocracia que fecharam os ouvidos para o movimento e que esperavam assim quebrar a greve. A essa medida coletiva o sabotador chama de violência de um grupo radical. Quem exerceu a violência foi a reitoria e a burocracia docente que a rodeia, convocando a polícia a invadir o campus e pisoteando a autonomia universitária. Os estudantes em luta foram e são vítimas do autoritarismo e da mentalidade policial que tomou conta de parcela dos professores. Caso tivessem se unido à greve estudantil e mostrado firmeza na defesa da bandeira de autonomia universitária, teriam reforçado o movimento e ajudado a conquistar com mais brevidade a decisão de edificar o prédio da Unifesp.

Mas o pior de sua declaração é atribuir à “ação violenta de um pequeno grupo um agravante para os que querem sair do bairro”. Quanta indignidade! Assuma, senhor Glaydson, que o pequeno grupo de professores, que compõe a burocracia universitária, despejou uma série de preconceitos e prejuízos contra a população do bairro dos Pimentas. Entre os quais, que é violento. Agora, já não é o Pimentas, mas os estudantes radicais os responsáveis pela ideia de transferência da Unifesp. Quanta falsificação que o senhor espalha por meio do jornal O Estado de São Paulo. A maior das violências pode vir a ocorrer: os lutadores que se sacrificaram para pôr em pé o prédio da Unifesp serem expulsos e os agentes dos preconceitos burgueses transferirem ou desmembrarem o campus de Guarulhos e se aproveitarem dos recursos conquistados com a greve.

A assembleia que suspendeu a greve sob o sinal de que finalmente o governo federal resolveu concretizar a licitação errou em não estabelecer um novo marco da luta contra os sabotadores. Não poderia ter suspendido a greve sem assumir a responsabilidade de controlar a construção do prédio e a implantação de medidas que possibilitem os estudantes pobres de estudarem. Mas temos condições de resistir a essa apropriação indébita de nossa conquista por parte de vocês, do grupinho que assenta a “excelência acadêmica” nas diferenciações sociais da juventude.

Aos professores que não aceitam a impostura e que estão conosco pela edificação da Unifesp Guarulhos, sem desmembramento, chamamos a resistir. Nossa greve, nossas prisões e nossos sacrifícios não podem ser descartados pelo grupinho elitista. Estudantes e professores devem exigir que a Unifesp continue com o ingresso de novos estudantes. Não aceitemos a posição do reitor de que se deve adiar a entrada dos calouros para 2014. Trabalhem por convocar uma Assembléia Universitária representada pelos três setores para tomar em suas mãos os destinos da Unifesp de Guarulhos.

Nada de transferência ou desmembramento do campus Guarulhos!

Iniciar imediatamente as obras da Unifesp dos Pimentas!

Assegurar o acesso e permanência dos estudantes! Colocar a Unifesp sob o controle da Assembléia Universitária!

I 3º CONTERO: Um congresso manobrado pela burocracia do Sintero

O 13º Congresso do Sintero aconteceu entre os dias 30/08 e 02/09, com a presença de aproximadamente 500 delegados. A Corrente Proletária da Educação atuou em defesa de sua tese, publicada no caderno de documentos do Congresso.

Destacamos sete pontos nesta avaliação:

- 1) Um congresso burocratizado. A eleição dos delegados não foi democrática. Não houve uma ampla divulgação e não existiu uma assembleia específica para que as teses fossem votadas e os delegados expressassem suas posições. O congresso foi despolitizado. A burocracia do sindicato não garantiu as discussões que envolviam a crise econômica, as medidas tomadas pelo governo Dilma, os ataques dos governos estadual e municipal e um balanço da atuação das Centrais e dos sindicatos.
- 2) Foi um congresso que serviu de campanha para os candidatos petistas, principalmente do setor de educação.
- 3) O Plano de lutas era uma formalidade. As discussões foram distracionistas. Os reais problemas que atingem a maioria dos trabalhadores da educação ficaram à margem. Na verdade, prevaleceu a política da burocracia, que é a de buscar a conciliação de classes.
- 4) A Corrente Proletária, pela primeira vez, teve o direito de defender a sua tese. Os burocratas quiseram tirar proveito, argumentando que se tratava de uma direção sindical democrática que permitia a defesa de posições antagônicas. Nada mais falso! A tese da Corrente Proletária foi inscrita e o impedimento de sua defesa poderia causar alguns atributos

no plenário. Evitar esse desgaste político, foi a manobra usada. O fato é que no Sintero não há democracia. As assembleias e os congressos são manipulados pela direção. Romper esse cerco é parte do combate à burocratização e de defesa do princípio elementar da democracia sindical. A defesa da tese da Corrente Proletária foi uma conquista da militância e de seus simpatizantes. Não se tratava de uma dádiva ou uma concessão dos burocratas.

- 5) No congresso havia duas posições: 1) a da direção do Sintero, que é de apoio ao governo do PT; 2) a da Corrente Proletária, que combatia a política burguesa do PT e de seus aliados no estado, que defendia as reivindicações vitais dos explorados (emprego, salário mínimo vital, direitos trabalhistas, educação e saúde públicas, etc.), que denunciava a colaboração de classe dos dirigentes sindicais e apontava o método da ação direta para arrancar as reivindicações e, por fim, indicava a estratégia da revolução social como única via para se alcançar o socialismo.

Portanto, o Congresso do Sintero não serviu para organizar a luta para o próximo período. Os delegados, na sua maioria, foram conduzidos para aprovar a linha que vem sendo imposta pela direção. A pequena presença das posições da Corrente Proletária é um obstáculo no combate à burocratização e defesa da democracia e independência sindicais. Os trabalhadores da educação têm de construir uma fração oposicionista, sem a qual não será possível combater os burocratas que fazem do sindicato um trampolim eleitoral.

Apeoesp

O que devemos aprovar na V Conferência de Educação

1. Condições de Salário e Emprego

Os professores vivem um momento de intenso ataque às suas condições de vida. Os salários são arroxados e os reajustes, quando existem, são aplicados a conta gotas. Para conseguirem sobreviver, são obrigados a trabalhar em duas redes ou mais de ensino. São verdadeiros escravos da educação, pois não têm a possibilidade de arcar com suas despesas mensais apenas com um emprego. Na verdade, tanto em uma como em outra rede de ensino o salário é baixo, pois individualmente não é suficiente para o sustento do professor e de sua família. Logo, é uma ilusão de que se tem um nível elevado de salário. O cansaço, as doenças, o estresse atacam frequentemente todos os professores. A Corrente Proletária defende que um trabalhador deve ganhar no mínimo R\$4.000,00 (**Salário Mínimo Vital**) e que os reajustes sejam de acordo com o aumento da inflação (**Escala Móvel de Reajuste**).

Outro problema que afeta uma grande parcela da classe é o risco de desemprego. Todos os anos o governo, com o aval da burocracia sindical, aplica provas e mais provas com o objetivo

de aferir seus “conhecimentos”. No entanto, o objetivo real do governo é desempregar aqueles que estão há mais tempo, que já dedicaram parte de sua vida ao ensino. Quanto aos novos ingressantes no magistério, criou as piores condições de trabalho possível. É o chamado professor da categoria “O”. Apesar de cumprir a mesma função, não tem os mesmos direitos que os demais professores. Não tem direito a usar o IAMSPE, pode faltar apenas duas vezes ao ano, é desligado do serviço público ao fim de seu contrato, etc. Como se vê, as condições de trabalho de grande parte dos professores são extremamente precárias, ou seja, são superexplorados. A Corrente Proletária na Educação defende sistematicamente que a solução para esses problemas está na aplicação da **Estabilidade a Todos Professores independente de concurso**, combinada com a **Escala Móvel das Horas de Trabalho**, que é a divisão das aulas entre todos aqueles que são aptos ao trabalho.

2. Condições de Trabalho

Além da estafante jornada de trabalho que são obrigados

a cumprir e com os baixos salários, convivem, ainda, com as péssimas condições de trabalho. Estão sujeitos, diariamente, a enfrentar a violência, fruto dos problemas sociais que afetam a juventude trabalhadora; lecionam em salas superlotadas; os prédios estão caindo aos pedaços; obrigados a lecionar com apostilas, que são impostas pelo governo. Para o governo, a culpa do fracasso escolar é do professor e do aluno. No entanto, o verdadeiro motivo do fracasso escolar está na política de destruição da escola pública, implementada pelos governos durante anos a fio.

3. Ataque aos direitos da Classe

Acresce-se a esse quadro a destruição dos direitos, conquistados com muita luta. Os inúmeros projetos implantados pelo governo do PSDB têm como objetivo retirar os direitos adquiridos. A aposentadoria complementar, em que o professor tem de pagar um fundo complementar para se aposentar com um salário que permita sua sobrevivência; a limitação de um atestado médico por mês, exigindo que o professor não possa tratar da saúde; a implantação das provinhas que excluem uma parte da classe, desconsiderando todo o tempo que dedicou à educação; a premiação através do bônus mérito, que ilude com a ideia de melhoria do ensino, etc.

4. Defesa dos Métodos de Luta e Organização da Classe

Por tudo isso, defender um programa para a educação pública implica em rechaçar o colaboracionismo da atual direção sindical da APEOESP, rejeitando seus acordos com os governos estadual e federal e exigindo o fim da participação nos órgãos governamentais, através dos quais se legitima a política de privatização e destruição do ensino (a exemplo da política de expansão da EaD mesmo na Educação Básica e de avaliação de desempenho do trabalho do professor).

A mais descarada manifestação de colaboração da direção da chapa 1, PT e PCdoB, com o governo estadual se materializa atualmente no caderno *“Conversas sobre a Carreira”*, em que a burocracia sindical defende entre outras coisas: (a) a matriz existente de Carreira com a diminuição de 30 para 18 anos para atingir o nível máximo (cumprido todos os impossíveis critérios para isso); (b) a prova por mérito, estendida agora para todos os professores; (c) a permanência na escola e a assiduidade como referências para a evolução (desconsiderando a realidade atual do magistério); (d) o aumento de trabalho nas escolas com intermináveis cursos, projetos e portfólios de trabalho (*“memorial digital”*), a partir dos quais a equipe gestora poderá avaliar se o professor merece ou não ser *“promovido”*; (e) a progressão a partir da participação em fóruns da escola e fora dela, que beneficiam apenas a camada de burocratas da Secretaria de Educação e do sindicato, que estão fora das salas de aula.

Sendo assim, opor-se à prática colaboracionista dessa direção traidora nos leva a defender os métodos da ação direta. Ou seja, como a burocracia controla as instâncias do sindicato de forma antidemocrática, é preciso que levantemos nossa plataforma de luta apoiados nas assembleias, nos atos massivos, nos bloqueios de avenida e na construção da greve, em que o conjunto do professorado pode tomar em suas mãos o rumo

do movimento e arrancar dos governos as reivindicações de defesa da escola pública.

A defesa dos métodos da ação direta combinada com a plataforma de luta depende também da constituição de uma poderosa oposição revolucionária à direção petista. A vacilação e os traços oportunistas de setores que se reivindicam da oposição fortalece a direção burocrática e impede que se erga um movimento dos professores contra o governo de Alckmin/Hermann em esfera estadual e de Dilma/Mercadante em esfera nacional.

5. Defesa da Educação diante da Crise Capitalista

Por mais firmes que sejamos na defesa de uma plataforma de luta e consequentes nos métodos de ação direta, há um problema ainda a ser colocado: o de um programa revolucionário para a educação que responda à crise social e histórica em que está mergulhada a sociedade capitalista.

Compreender a educação como parte do funcionamento da sociedade de classe permite que avancemos no entendimento de seus limites estruturais. A educação não pode mudar a sociedade, como apregoam todos os matizes do pensamento reformista. Ela própria é condicionada pelo modo de produção capitalista e, como ele, está imersa em uma crise de grande dimensão. O fracasso escolar, a indisciplina e a violência, a persistência do analfabetismo, a exclusão da juventude do ensino superior e mesmo do nível médio são traços de uma educação de classe em um país atrasado. Não puderam ser resolvidos ao longo do século XX e reaparecem como chagas no início do século XXI. Promessas de governo, como aumento do financiamento não podem separar a educação de seus fundamentos sociais, econômicos e históricos.

Enquanto persistir o capitalismo, a educação será determinada pela divisão do trabalho, pela exclusão da maioria em função da pobreza e pelo ensino memorístico, fragmentado e desvinculado da vida produtiva.

Na atual fase do capitalismo monopolista, em que predomina o capital financeiro e o poder dos países imperialistas, a educação não pode avançar. Em uma conjuntura de crise aprofundada do modo de produção, como a que vivenciamos desde 2008, a educação tende a sofrer os ataques dos governos com mais intensidade, levando a um desmonte ainda mais rápido.

Enquanto as redes privadas crescem com os incentivos dos governos, a educação pública sofre cortes, como o anunciado no início do ano pelo governo Dilma de quase 2 bilhões de reais. Nessa conjuntura, o percentual de aumento do PIB para 10% torna-se inócuo, porque será rejeitado pelo governo petista e porque não toca a raiz do problema que é a coexistência do ensino público com o privado. Sem a estatização de toda rede particular de ensino e financiamento da educação controlado pelos que estudam e trabalham nas escolas, os problemas estruturais da educação brasileira só tendem a piorar com os anos.

A crise atual do sistema é parte do esgotamento histórico do modo de produção capitalista. Ela arrasta com força todos os países e atua destruindo direitos sociais, como a educação. A defesa integral da educação pública parte, portanto, da necessidade de luta revolucionária contra esse modo de produção,

através da Revolução Socialista. A constituição de uma nova escola, de uma nova educação depende da edificação de uma nova sociedade.

6. O Sindicato é um Instrumento de Defesa dos Trabalhadores : O Imobilismo da Apeoesp é reflexo da Crise de Direção

Como já assinalamos, o aprofundamento da crise econômica no Brasil também afetará de cheio a educação. Isso indica que aumentará a precarização do trabalho, os salários serão ainda mais arrochados, ou seja, as condições de vida dos trabalhadores serão duramente afetadas. Além disso, os governos estão cada vez mais truculentos com as organizações dos trabalhadores. As perseguições às lideranças sindicais, a proibição de manifestações e greves, o uso da justiça burguesa para impedir a luta por melhores condições de vida já são praticados costumeiramente. Com o agravamento da crise, esse quadro tende a piorar. Isto é, o direito de greve será duramente cassado. Essas medidas são uma forma de preservar os interesses dos banqueiros, dos latifundiários, das multinacionais que não pouparão esforços para despejar nas costas dos trabalhadores o peso da crise.

Neste sentido, os sindicatos não podem ficar sob a guarda das burocracias traidoras, que se encastelam nas Centrais e aparatos sindicais. Tais burocracias expressam a política burguesa no interior dos sindicatos. São fiéis escudeiros do governo e dos grandes proprietários de escolas. Desta

forma, a classe não pode ficar alheia a esses problemas. O enfrentamento à política de conciliação de classes e ao colaboracionismo da Apeoesp com o governo é necessária. Para afastar qualquer vestígio da política burguesa no interior do sindicato é preciso a defesa pela classe de um programa de luta pelas reivindicações elementares da classe e unidade dos movimentos, com o método da ação direta. Essa é a forma de resistência e proteção da vida dos trabalhadores. Essa é a tarefa dos lutadores.

Diante de todos os problemas vividos, a Corrente Proletária na Educação defende:

- A. **Rechaço ao Plano de Carreira do governo e da burocracia da APEOESP, que expressa a destruição da carreira do professor;**
- B. **Estudo e Emprego à juventude. Defender que o jovem trabalhe apenas quatro horas na produção e o restante do tempo seja dedicado aos estudos;**
- C. **Fim das provas que desempregam;**
- D. **Escala Móvel das Horas de Trabalho e de Reajuste;**
- E. **Estabilidade a Todos os Professores independente de concurso;**
- F. **Salário Mínimo Vital;**
- G. **Escola Pública gratuita, laica, vinculada à produção social e para todos;**
- H. **Defesa de uma nova escola como parte da luta pela constituição de uma nova sociedade, saída da revolução socialista.**

Fortaleza: Eleições para Sindiute:

Corrente Proletária/POR impulsiona chapa da oposição unificada para derrotar a burocracia governista

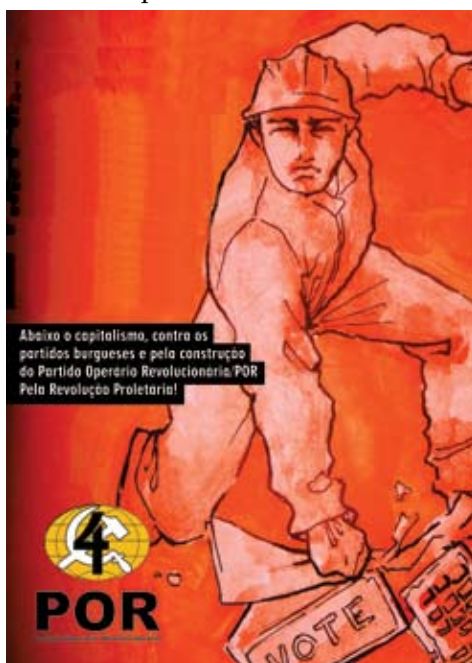
Nos dias 18 e 19 de setembro deste ano, ocorrerão as eleições para o Sindicato único de trabalhadores em educação, Sindiute. Três chapas estão inscritas para o pleito. A Chapa 01, *juntos somos fortes* representa a atual direção colaboracionista do Sindiute e é apoiada pela burocracia da CUT e a prefeitura petista. A chapa 02, *CSP-Conlutas pela base na educação* representa a oposição inconsequente e vacilante e é integrada por membros do PSTU que estiveram presentes, durante três anos, na condição de minoria, na atual gestão do sindicato sem, todavia, travar qualquer combate sério contra os governistas de O Trabalho/PT.

A Chapa 03 é a verdadeira chapa da oposição de luta, unificando todos os ativistas combativos da categoria que se recusam a tolerar a política traidora e de colaboração de classe da direção do Sindiute. A chapa 03, *Oposição Unificada na Luta*, impulsionada principalmente pela Corrente Proletária na Educa-

ção, se coloca como uma alternativa revolucionária diante da categoria e tem sido bem recebida em inúmeras escolas.

As derrotas do último período e a defesa escancarada do candidato de Luizianne Lins à prefeitura (Elmano/PT), após anos de ataques da gestão petista, criaram as condições para a revolta latente de uma grande parcela dos professores com os burocratas. Porém, a chapa da *Oposição Unificada na Luta* sabe que precisa enfrentar as fraudes, que já estão sendo armadas à luz do dia, e a dinheirama que diuturnamente despejam a CUT, o PT e a prefeitura para anular o sindicato como instrumento de luta da categoria. Mas sabe também que por essa via é que se constituirá como direção revolucionária do magistério, que tem dado mostras de tantos sacrifícios e espírito de luta nos últimos anos.

Viva a chapa três, Oposição Unificada! Construir a Corrente Proletária na Educação, como fração revolucionária no professorado!



Nesta edição:

- A classe operária e os setores populares devem colocar-se em alerta para defender suas condições de vida
- Bolívia: O rápido processo de direitação do MAS
- EUA: Sobre a greve docente na cidade de Chicago
- Trotsky: Os crimes de Stalin

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Argentina

A classe operária e os setores populares devem colocar-se em alerta para defender suas condições de vida

O governo nacional deu abertura para que subam as tarifas de transporte. As tarifas dos coletivos se elevarão gradualmente e por setores, para impedir uma resposta generalizada dos usuários.

O reajuste nas tarifas irá atingindo a maioria dos usuários, tenha ou não o cartão Sube. Isso porque o governo decidiu congelar os subsídios aos empresários do transporte. No futuro, pensam em dirigir o subsídio para os usuários “que mais necessitam”, escalonando as tarifas.

A partir de 6 agosto, se aplicarão as tarifas diferenciadas em trens e coletivos. Aqueles que não têm o cartão Sube terão acréscimos entre 60% a 120% nos coletivos e de até 114% nos trens. O boleto mínimo subirá de \$1,10 a \$2 (na Grande Buenos Aires, a quarta seção de \$1,75 a \$4, e na quinta seção, de \$2 a \$4). Nos trens, os valores mínimos de \$0,70, 0,80 subirão para \$1,50).

Até o momento foram emitidas 11 milhões de cartões Sube para usar em 18.500 coletivos e 290 estações ferroviárias.

A instrução do governo é que todos os municípios têm a tarefa de fixar o preço do boleto, tendo em conta que não haverá reajustes dos subsídios atuais. O maior custo deve reduzir os lucros empresariais ou ser transferido aos passageiros. Em algumas jurisdições, paga-se mais do que o dobro da Capital e Grande Buenos Aires, o que torna abertamente impagável o custo do transporte.

Isso se soma à alta infernal dos preços que mês a mês devora os salários das massas, que cada vez são menores.

Pelo menos dois milhões de pessoas passam fome, não têm como consumir o mínimo de proteínas necessárias. Devido à inflação, cada vez mais as pessoas não podem alcançar os bens indispensáveis. O Observatório da Universidade Católica Argentina informa que, em outubro do ano passado, havia 21,9% de pobres (famílias com renda inferior a \$2.225) e, entre eles, 5,4% de indigentes (famílias com renda inferior a \$1.085) e que havia 560 mil casas, cerca de dois milhões de pessoas, que passavam com frequência fome. Assinala que a dotação universal por filho melhorou a situação quando se implementou, mas a voraz inflação devorou a capacidade de compra desses recur-

sos.

A inflação é o pior imposto que pagam os setores mais humildes, que não têm como enfrentar a alta indiscriminada dos preços dos artigos de primeira necessidade. Os recursos, às vezes, não são sequer suficiente para os produtos de pior qualidade.

A pobreza abarca uma franja muito mais ampla do que a assinalada pelo Observatório da Universidade, que toma como referência uma renda familiar de \$2.225. O custo da vida familiar, que é o mínimo que necessita uma família para cobrir os gastos vitais (alimentação, saúde, moradia, educação, transporte, vestimenta, lazer) supera os \$6.500 em Buenos Aires. Essa renda é alcançada apenas por 20% dos trabalhadores, portanto, o empobrecimento afeta a maioria da população.

O pior flagelo é o desemprego. Quase um milhão de trabalhadores permanece desempregado e outro tanto subempregado, apesar do grande crescimento da economia durante 10 anos. A isso somamos os trabalhadores empregados, mais de um terço, em condições de informalidade, por contrato, agência, sem registro.

Para combater a inflação e acabar com a pobreza, é necessário impor à burguesia e seu governo **a divisão de todo trabalho disponível** (escala móvel das horas de trabalho) entre a totalidade dos trabalhadores, sem afetar o salário, não há que permitir demissões, suspensões ou fechamento de fábricas, para que não haja um só trabalhador desempregado, que o **salário mínimo seja igual ao custo da cesta-familiar**, reajustado todos os meses de acordo com a elevação real dos preços (escala móvel dos salários).

Em um país que tem recursos em excesso, é intolerável que haja fome, miséria e pobreza em grande escala, quando os empresários continuam “juntando com pá” ou “com ganhos extraordinários”, como afirma a Presidenta. Qual é a redistribuição de renda, que fala? Sim os ricos são cada vez mais ricos, e os pobres são cada vez mais pobres.

(Extraído do Jornal Massas nº 263, agosto de 2012, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina)

O rápido processo de direitização do MAS

O MAS sempre se declarou como respeitoso de todas as formas de propriedade: a grande, a média, a pequena, a estatal, a comunitária, etc. Isso implica que sua política não pode ser outra a não ser a política burguesa contra os oprimidos e explorados.

Segundo os teóricos do governo – os pequeno-burgueses reformistas e os indigenistas que se alimentam das doutrinas reacionárias do pós-modernismo importadas dos países imperialistas – é possível a convivência complementar e harmoniosa entre todas as formas de propriedade, negando a luta de classes. Estamos falando das formas de propriedade sobre os meios de produção.

A realidade se encarrega de desmentir tamanho despropósito. Cada dia, o governo tem de enfrentar conflitos oriundos dos choques entre as distintas formas de propriedade existentes no país, em que, pelo seu atraso, juntamente com a propriedade privada burguesa e imperialista, sobrevivem todas as formas pré-capitalistas de propriedade.

O Vice-presidente, que é um pedante com pretensão de ideólogo, tem desenvolvido a teoria de que é, em meio à “conflituosidade”, que se vai desenvolvendo e decantando o “processo de mudança”. Devemos dar-lhe razão nisso. O governo do MAS, que despertou muitas ilusões praticamente em todos os setores dos explorados e com esse apoio conseguiu obter o controle de todos os poderes do Estado, ao ter de resolver os conflitos entre as diversas classes

sociais, assentadas nas diferentes formas de propriedade, com a grande propriedade burguesa, não tem mais alternativa senão pôr em evidência o conteúdo de classe de sua política e sair em defesa dos interesses da grande propriedade privada burguesa, nativa e imperialista.

Essa é a causa de sua rápida direitização e de sua arremetida contra os setores oprimidos e explorados que vêm enfrentando o governo e afetando os interesses de empresários e empresas multinacionais. Toda política econômica do governo se assenta em poder atrair investimento estrangeiro, ao qual considera seu “sócio”. Para isso necessita mostrar aos investidores que é capaz de colocar ordem e aplicar mãos de ferro àqueles que atentam contra o investimento privado estrangeiro ou nativo.

O projeto de Lei de Mineração do governo determina o respeito à inversão mineira multinacional das “sócias” e “não patroas” da COMIBOL, diante da eventual resistência das comunidades.

No caso do TIPNIS, determina ampliar a manhosa consulta indefinidamente até acabar de falsificar um consenso para aprovar a construção da rodovia pelo coração do TIPNIS, acabar com a intangibilidade do parque para assim abrir as portas à exploração petroleira e ao comércio brasileiro até o Pacífico.

No caso da erradicação dos cocaís, procura mostrar, diante do imperialismo, que é capaz de erradicar cocaís melhor do que a própria DEA. Apesar da resistência dos cocaleiros de Yungas de Vandíola, tem procedido a erradicação com saldo de feridos e anuncia a elaboração rápida do estudo para determinar a área de cultivo necessária para a mastigação tradicional de coca e proceder a erradicação dos cultivos de coca excedentes. Evo, como cocaleiro do Chapare, sabe muito bem que a maior parte da folha de coca está destinada a cobrir a demanda para a elaboração da droga, para sua comercialização nos países desenvolvidos.

No campo petroleiro, pagará US\$ 30 por barril a fim de incentivar o investimento na exploração de suas “sócias”, que são as que mandam. Ainda assim estas não dão mostras de se interessar em investir na exploração. O governo terá de fazer mais concessões.

Em todos os casos, penalizará duramente aqueles que induzam ações que prejudiquem o livre funcionamento das empresas privadas.

Enquanto investe contra os oprimidos rebeldes aos propósitos, elabora em conjunto com os empresários a nova Lei de Inversões e Lei dos Bancos.

Para acabar com o entreguismo burguês, agora disfarçado de indigenismo, o único caminho é a revolução social protagonizada pelo conjunto dos explorados e oprimidos e dirigida pela classe operária para estabelecer a nova sociedade baseada na propriedade social dos meios de produção.

(Extraído do Jornal Massas nº 2278, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Adquira com o distribuidor deste jornal:



Boletim do

Comitê de Enlace pela

Reconstrução da

IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Agosto de 2012 - R\$ 3,00

Balanço do XLV Congresso do POR boliviano

O vigor programático do POR

Nesta edição:

- **Brasil: Conquistar a independência de classe do proletariado**
- **Argentina: Por que caracterizar o governo de Kirchner como pró-imperialista?**
- **Argentina: A tarefa: expropriar sem indenização toda a indústria hidrocarbonífera, desde as jazidas até as refinarias e a distribuição, sob controle operário coletivo**
- **Golpe de Estado no Paraguai: manifestos do Cerqui - Por um Tribunal Popular para punir os assassinos e entregar as terras aos camponeses**

A César Lora e Isaac Camacho



Dedicamos esse Boletim do Comitê de Enlace a César Lora e a Isaac Camacho. Em 29 de julho de 1965, César Lora foi executado no vale de São Pedro (Bolívia), a mando do governo. O dirigente mineiro da Siglo XX tornou-se alvo da reação, juntamente com seu companheiro Isaac Camacho, por liderar o movimento do proletariado e militar no Partido Operário Revolucionário (POR). Em 29 de julho de 2012, completaram-se 47 anos de seu assassinato. Em julho de 1967, Isaac Camacho teve o mesmo destino de seu camarada. Os mártires do POR vivem no programa do partido, na militância revolucionária e no proletariado.

Viva César Lora!
Viva Isaac Camacho!

Estados Unidos

Sobre a greve docente na cidade de Chicago

Lucas Martinez

Os insignificantes índices de melhoria nos indicadores de emprego, na produção e no consumo dos últimos meses em nada mudaram a elevada destruição de direitos e conquistas de milhões de assalariados dos Estados Unidos, nos últimos anos. No mesmo período, se elevou a concentração dos meios de produção e riquezas nas mãos de uma ultraminoria de banqueiros e monopólios. Entretanto, a riqueza nacional acumulada, o nível de vida de seus assalariados e seu profundo atraso político impediram e impedem ao proletariado de tirar as conclusões históricas necessárias e erguer-se como classe independente para enfrentar o poder da burguesia.

Por outro lado, a burguesia norte-americana não conseguiu erradicar os mais agudos antagonismos que resultam do aprofundamento da crise e suas nefastas consequências para a vida dos assalariados. E que, de vez em quando, se manifestam e se expressam instintivamente nas relações entre as classes no seio da sociedade.

É nesse contexto que emerge a greve dos professores da rede pública na cidade de Chicago, capital de Illinois. É a primeira paralisação de atividades nos últimos 25 anos, que exige um aumento salarial, estabilidade no emprego e um outro sistema de avaliação de desempenho docente. A greve iniciou em 10 de setembro em resposta ao impasse criado na negociação entre o sindicato (CTU, Chicago Teachers Union) e o município sobre os termos e alcances da reforma do terceiro maior sistema escolar dos Estados Unidos.

A medida envolve cerca de 26 mil professores e afeta 350 mil estudantes de ensino pré-escolar e primário, assim como centenas de cursos de nível médio. Afeta 144 escolas da rede pública; mas não as 118 denominadas “autônomas” (aquelas que têm um regime de financiamento próprio). A greve adquiriu notoriedade porque as escolas paralisadas atendem 80% dos alunos pobres (cuja sobrevivência básica depende da comida que recebe nessas escolas) e são, além disso, as que aplicam as novas modalidades de extensão da jornada escolar. E que têm, portanto, diretas consequências no aumento e intensificação da jornada de trabalho dos professores.

A implementação da reforma implicou um aumento de 2%. Porcentagem miserável diante da extensão da jornada de trabalho de quase 30% a mais da já existente. Estando, além disso, os professores obrigados a prestar contas de seu desempenho mediante uma avaliação dos resultados escolares dos alunos, da qual dependem a renovação de milhares de contratos e a estabilidade no trabalho. A CTU estima que cerca de 25% de professores poderiam perder seus empregos pela aplicação dessas avaliações. E que 500 já foram demitidos por esse método seletivo de demissão.

Reivindicações e métodos de luta do movimento

O presidente da Junta Escolar municipal, David Vitale, disse à imprensa que já havia modificado umas vinte vezes as propostas e que não havia muito a oferecer. A oferta final aos grevistas foi um aumento de 16%, distribuído ao longo dos próximos 4 anos, junto com outros benefícios.

Os professores sabem que esse percentual não recompõe a inflação acumulada desde o início da crise de 2008. Em contrapartida, exigem um reajuste de 30% em seus salários em compensação pela elevação de sua jornada. E um sistema para reconstrução dos que ficaram desempregados pelo fechamento de escolas que não formaram classes. Entretanto, no transcurso das negociações, expressaram estar dispostos a aceitar uma porcentagem menor em troca de um sistema mais flexível de avaliação.

Soma-se a isso o fato de que o movimento não foi além das mobilizações pacíficas pelas ruas da cidade e as panfletagens chamando a compreensão e apoio social da comunidade às suas reivindicações, especialmente aos pais. Portanto, sem levar a luta contra o governo até as últimas consequências, radicalizando e aprofundando a ação coletiva do setor. O governo, ao contrário, tem variados e poderosos recursos para desgastar a greve e finalmente isolá-la. Tem meios de propaganda, recursos financeiros e uma grande estrutura material para desativar o conflito. Enquanto negociava com o sindicato, pôs em ação uma rede de infraestrutura denominada “Primeiro as crianças” que conta com 144 espaços destinados a dar continuidade às aulas enquanto a greve perdurava.

Condição, assim, a reivindicação dentro do marco dos interesses e objetivos estabelecidos pela reforma educacional capitalista e criou as condições para o aniquilamento da greve. Permanecerá também em mãos do governo a implementação das “novas” avaliações e a fixação dos limites orçamentários destinados aos salários.

O conflito e a campanha eleitoral burguesa

A greve também colocou às claras as pretendidas diferenças “principistas” entre republicanos e democratas. Mitt Romney, candidato republicano, aproveitou a paralisação de Chicago, onde nasceu a vida política de Barack Obama, para acusá-lo de estar a favor dos sindicatos e contra o direito de estudo dos alunos. Isto é, colocou-se contra o direito de greve e acusou o governo democrata da cidade de inação e permissividade contra os grevistas. A declaração de Romney constituiu uma posição de princípio do que será a política republicana se chegar à Casa Branca.

Por outro lado, Obama, teme que a continuidade da greve agrave o choque com sua explícita negação de ceder às reivindicações salariais, abalando assim a relação entre sin-

dicatos e democratas, pela qual se sustenta uma significativa parte de seu atual caudal eleitoral. O que desmascararia o seu pretensão progressismo e levaria a um distanciamento de milhares de seus eleitores trabalhadores. Mas também teme que sua aliança com algumas frações capitalistas das mais poderosas, que sustentam financeiramente sua campanha, possa se ver severamente afetada se ceder às reivindicações dos professores.

O fundamental está em que ambos os candidatos da burguesia estão obrigados a se colocarem diante da greve dos docentes. Um atacando, por saber que ali não estão seus eleitores, e o outro fingindo condescendência.

As tendências de luta se diluem pela ausência de direção revolucionária

A última greve dos mestres de Chicago foi em 1987 e durou 19 dias. As greves eram mais comuns entre 1969 e 1987, quando ocorreram oito greves. Além das mobilizações que a cada dois anos se realizavam para debater os salários e as condições de trabalho. De modo que a atual greve se une por um laço de continuidade histórica e geográfica com aquelas. Mas, ao mesmo tempo, demonstra a permanência dos antagonismos desenvolvidos pela mais aguda exploração da força de trabalho.

Sem dúvida, estamos na presença da luta de um setor que não afeta com a sua paralisação o nervo vital da produção e circulação capitalistas. Comparecendo isoladamente com pouca força social para impor suas reivindicações frente a uma burguesia super centralizada e especializada no

exercício de seu domínio. Estes limites se expressaram nas reivindicações que acabaram girando dentro das regras impostas pelos planos avaliativos e os aumentos “possíveis” de os governos concederem.

Apesar desses estreitos limites, em meio à crise atual, a greve colide com a política de cortes de salário e de destruição de emprego. Por isso, a medida despertou o apoio solidário de outros sindicatos docentes do país. Mesmo que isolada em um só estado, a greve conta com o ânimo e a predisposição de luta por melhores condições de trabalho, aumento de salários e estabilidade dos professores de todo o país. Mas longe estavam as intenções de suas direções de estender a greve a outros estados, dando-a assim um caráter nacional e único ao protesto.

As tendências da luta de classes mundial continuam atuando e abrindo caminho nos Estados Unidos, com seus ritmos e características particulares. Mas não alcançam todavia estruturar-se em política consciente dos explorados dirigida contra o poder burguês e seus fundamentos econômicos. Os explorados do país capitalista mais poderoso e apodrecido estão desarmados politicamente e órfãos de direção revolucionária para enfrentar a crise que se descarrega sobre seus ombros. A ausência física do proletariado nas greves e lutas populares, levantando sua própria estratégia e estruturando-se como classe em partido marxista-leninista-trotskista, manifestando assim toda sua força social, comparece como o maior obstáculo histórico no caminho de sua emancipação da opressão capitalista.

Trotsky

Os crimes de Stalin

O Jornal Massas publica mais um documento de León Trotsky dedicado a combater a ditadura estalinista, que, para se afirmar no poder do Estado, teve de desfechar uma brutal violência contra seus opositores em geral, mas particular e especialmente contra a Oposição de Esquerda trotskista.

O texto “Dezessete novas vítimas da GPU” documenta as falsificações do processo de Moscou. Mostra que Stalin não pôde poupar sequer aqueles que capitularam e serviram de instrumento de combate estalinista à Oposição de Esquerda Russa, liderada por Trotsky. A falsidade das acusações contra antigos revolucionários, como Zinoviev, Radek e Kamenev, é grosseira e assombrosa. Em nome do socialismo, da revolução e do leninismo, a ditadura estalinista preparou o terreno para a restauração capitalista.

A luta de vida e morte de Trotsky e de seus companheiros em defesa do internacionalismo proletário, do comunismo e das conquistas da Revolução Russa permitiu que a ditadura do proletariado não fosse confundida com a ditadura burocrática nacional socialista do estalinismo. Hoje, são poucos os partidos comunistas que ousam levantar a figura do carrasco Stalin. No entanto, aqueles que querem se desvencilhar de suas raízes estalinistas são obrigados a ocultá-las com o argumento de que voltaram ao leninismo. Ao se colocarem sob a bandeira de nem Stalin nem Trotsky, não fazem senão falsificar o processo histórico de restauração capitalista na ex-URSS e o lugar da Oposição de Esquerda Russa e da Oposição de Esquerda Internacional no enfrentamento com as forças que revisaram o leninismo. Lênin e Trotsky expressam a aplicação do marxismo de maneira que se soldaram no seio da revolução proletária e do Partido bolchevique. Uma das falsificações de Stalin foi a tentativa de separar Trotsky de Lênin, retomando velhas e superadas divergências. Os atuais estalinistas, que procuram fazer uma plástica em sua enrugada face, estão obrigados a manter essa falsificação histórica.

Toda perseguição aos revolucionários internacionalistas estão indissoluvelmente ligada à revisão estalinista do leninismo e às consequências práticas que levaram à derrocada da União Soviética, na década de 90.

Retomamos os documentos de Trotsky contra os crimes de Stalin porque fazem parte do internacionalismo proletário. O processo de restauração capitalista foi regado pelo sangue dos revolucionários. Em 21 de agosto de 1940, Trotsky foi assassinado. Pagou finalmente com a vida seu tributo ao internacionalismo proletário e ao futuro de emancipação do proletariado e de toda a sociedade, que virá com o comunismo.

Dezessete novas vítimas da GPU(I)

Leon Trotsky – 20 de janeiro de 1937

1. Depois de uma série de rumores sem confirmação, os despachos enviados hoje de Moscou assinalam que no dia 23 de janeiro se iniciaria um processo judicial contra dezessete novas vítimas da GPU. Esta notícia apareceu publicamente no dia 19 de janeiro, isto é, quatro dias antes do início do julgamento. Desconheço o texto da acusação. Novamente, se atua com muita pressa para surpreender a opinião pública, impedir que os estrangeiros indesejáveis assistam ao julgamento e, sobretudo, impedir que o principal acusado – que sou eu – tenha a oportunidade de desmascarar a nova fraude, antes que seja tarde demais.
2. Os quatro acusados nomeados pela imprensa são velhos revolucionários, membros do Comitê Central do Partido Comunista, na época de Lênin. Piatakov foi, durante pelo menos doze anos, o verdadeiro diretor da indústria soviética. É acusado de sabotagem industrial. Radek foi o porta-voz mais autorizado da política exterior da URSS. É acusado de organizar a intervenção militar. Sokolnikov comandou um exército durante a guerra civil, restabeleceu as finanças soviéticas durante a Nova Política Econômica (2), depois foi embaixador em Londres. É acusado de ser agente de Hitler. Serebriakov foi um dos fundadores do partido, secretário do Comitê Central, comissário político da frente sul durante a guerra civil, juntamente com Stálin. É acusado de traição. Acusa-se todo o Burô Político e quase todo o Comitê Central do período heróico da revolução (excetuando Stálin) de agentes da restauração do capitalismo. Quem acreditará? Aderiram a minhas posições políticas e estavam muito próximos de mim. O mesmo ocorreu com Radek em 1926-27. Durante um breve período, Sokolnikov manteve vínculos com o grupo de oposição dirigido por Zinoviev, Kamenev e Krupskaya, a viúva de Lênin. Os quatro se desvincularam da Oposição em 1927-28. A separação foi total e definitiva. Os acusei publicamente de renegados políticos. Todos deram eco às calúnias oficiais. Em 1932, meu filho, que, na ocasião, estudava em Berlim, se encontrou com Piatakov em Unter den Linden (Berlim), mas Piatakov lhe virou as costas. Meu filho sussurrou em seu ouvido a palavra “traidor”. Esse pequeno episódio caracteriza as relações entre os



- capituladores e os trotskistas. Na URSS, dentro dos cárceres da GPU, formam dois blocos irreconciliáveis. Até agora, a GPU tem operado exclusivamente com os capituladores, manejando-os à vontade, arrancando-lhes as confissões de que necessita.
3. No dia 3 de setembro, dirigi uma carta ao governo norueguês: “O governo soviético não considera oportuno exigir minha extradição... Já se ‘estabeleceu’... a existência de uma conspiração terrorista... Por que se negam a apresentar as provas de minha culpabilidade... diante dos tribunais noruegueses?... Bastar-lhes-ia um só golpe para eliminar as dúvidas que todo o mundo civilizado a sustenta a respeito do julgamento... Mas não o fazem. Por quê?... Porque estamos diante de uma fraude deliberada e cínica, que não resistiria ao menor confronto com uma crítica independente” (“Carta ao Sr. Puntervold”, Escritos 35-36).
4. Na mesma carta, que foi confiscada pelo governo norueguês, dizia: “Visto no espelho da opinião mundial, o julgamento de Moscou tem sido um estrondoso fracasso... Os ‘chefes’ não podem permitir que o assunto termine assim, sem pena nem glória. Assim como o miserável fracasso do julgamento pelo assassinato de Kirov (janeiro de 1935) obrigou a GPU a montar o segundo processo,... agora não lhes resta outra alternativa a não ser descobrir novas ‘tentativas de assassinato’ novas ‘conspirações’, etc. Necessitam um novo processo para tratar de corrigir as contradições, os escandalosos anacronismos e os absurdos do processo dos dezesseis, em agosto passado.
5. Para armar-se melhor em vista do novo processo, a GPU organizou o roubo noturno de meus arquivos em Paris (3). Esse fato, difundido por toda a imprensa francesa, merece uma atenção especial. Em 10 de outubro passado, enviei uma carta a meu filho, residente em Paris, que conseguiu burlar a vigilância da polícia norueguesa. Aí o recomendei que colocasse meus papéis sob a custódia de alguma instituição científica, porque meus arquivos constituíam minha principal defesa frente às falsificações e calúnias (vê-se “A segurança dos arquivos” em Escritos 35-36). Mas apenas meu filho pôde entregar uma parte dos papéis ao escritório francês do Instituto Holandês de História Social, na noite de 7 de novembro, os agentes

da GPU entraram no Instituto, violaram o depósito de segurança levaram oitenta e cinco quilos de papéis, sem tocar o dinheiro, nem outros objetos e papéis que havia ali. É muito provável que os documentos roubados sirvam de base para as fraudes e falsificações do novo processo. Considero necessário assinalar por precaução que possuo cópias de todas as cartas e documentos roubados.

6. Na mesma carta ao governo norueguês, assinaei antecipadamente um outro objetivo do julgamento. Desde 1928, os cárceres e lugares de exílio estão povoados de centenas de trotskistas autênticos, inimigos implacáveis da burocracia. É impossível implicá-los no assassinato de Kirov, assassinado em 1934. É impossível implicá-los na sabotagem industrial, devido estarem marginalizados da vida econômica e nem sequer tinham o que comer. No julgamento dos dezesseis, se estabeleceu que a época do terrorismo remonta a 1932. É possível que, de acordo com as novas confissões arrancadas pela GPU aos acusados, as atividades criminais se remontem ao período de 1923-27, o qual lhes permitiria exterminar os autênticos quadros da Oposição.
7. O “homem da rua” está confundido pelas confissões dos acusados, os quais aparecem como empenhados auxiliares da GPU. Poucas pessoas podem imaginar as horrorosas torturas morais e semifísicas que sofrem os acusados durante meses, inclusive durante anos.
8. Tem razão Federico Adler, secretário da Segunda Internacional e meu adversário político, quando compara os processos de Moscou com os julgamentos por bruxaria da Inquisição Medieval. Todas as mulheres acusadas de bruxaria se arrependiam sinceramente de suas relações pecaminosas com o diabo. A GPU quebra o sistema nervoso, esmaga a vontade e pisoteia a dignidade humana dos acusados até lhes arrancar as confissões elaboradas previamente pelos próprios organizadores da fraude. Estou preparando um trabalho onde revelo a técnica das “confissões voluntárias” que constituem a base da justiça estalinista. Ao mesmo tempo, mostrarei como as confissões desmoronam ao menor contato com os fatos, documentos, provas, cronologia e a lógica.
9. Uma parte deste trabalho crítico já está realizada. Quem quer compreender o novo processo deve ler algumas das seguintes obras: *Livre rouge sur les procès de Moscou (em francês)* de meu filho León Sedov; *The Moscow Trial – The Greatest Frame-up in History (em inglês)* de Max Shachtman.
10. As acusações dirigidas sucessivamente contra minha pessoa – todas fraudulentas – foram acompanhadas

por viradas diplomáticas do governo soviético. Tenho em mãos o *Pravda* de 8 de março de 1929, que me acusa de agente do imperialismo britânico. O *Pravda* de 2 de julho de 1932 utiliza “documentos” grosseiramente falsificados para me acusar de aliado de Pilsudski (4). Em fins de julho de 1933, cheguei a França: a imprensa de Moscou e da Internacional Comunista afirmou que o objetivo da viagem era ajudar Daladier, primeiro ministro francês, a preparar uma intervenção militar contra a União Soviética. Por último, no atual período, sou aliado de Hitler e agente da Gestapo.

11. A GPU confia na credulidade, ignorância e má memória das pessoas. Mau cálculo! Sai de minha prisão norueguesa. Desafio os organizadores da fraude! Não duvido de que o governo mexicano, que me brindou com tanta hospitalidade, não me impedirá de apresentar a verdade sobre as monstruosas fraudes da GPU diante da opinião pública mundial.

Durante o desenvolvimento do processo, estarei à disposição de toda a imprensa honesta e imparcial.

.....

- (1) *Dezessete novas vítimas da GPU. O processo de Moscou* (México, Edições da Liga Comunista, 1937). Traduzido (do inglês) por Cândida Barbarena. Entregue à imprensa, o *New York Times* publicou algumas passagens em sua edição de 21 de janeiro de 1937.
- (2) *A Nova Política Econômica (NEP)*: adotada como medida temporária para superar o comunismo de guerra, que havia sido implantado durante a guerra civil. A NEP permitiu um desenvolvimento limitado do livre comércio na URSS e concessões estrangeiras junto a outros setores nacionalizados e estatizados da economia. Fomentou o surgimento de uma classe de camponeses ricos e uma burguesia comercial (homens da NEP) e produziu uma série de concessões econômicas e políticas ao campo e ao comércio privados.
- (3) Uma parte do arquivo de Trotsky foi roubada da oficina de Paris do Instituto Internacional de História Social de Amsterdam, no dia 7 de novembro de 1936, no dia seguinte de seu depósito ali.
- (4) Vê-se “Os canalhas e seus ajudantes” e “carta ao *Pravda*”, em *Escritos* 30-31. Josef Pilsudski (1867-1935), nacionalista polaco, organizou um exército próprio para combater a Rússia durante a Primeira Guerra Mundial e dirigiu um setor das forças armadas contrarrevolucionárias intervencionistas durante a guerra civil russa. Tomou Varsóvia, em maio de 1926 e foi virtual ditador da Polônia até sua morte.
(Extraído do livro *Escritos, León Trotsky*, tomo VIII, 1936-37, volume 1)